

# **PADRE JOSÉ MARCHETTI**

**O CONTEXTO DE SUA VIDA:**

**TRABALHOS, SONHOS E MORTE NO BRASIL**

**1894-1896**

**PADRE JOSÉ MARCHETTI – O CONTEXTO DE SUA VIDA:  
TRABALHOS, SONHOS E MORTE NO BRASIL  
1894-1896**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1. TRANSFORMAÇÕES NO PAÍS, NO ESTADO DE SÃO PAULO E EM SUA CAPITAL</b>	<b>1</b>
1. 1. TRANSFORMAÇÕES NO PAÍS	1
1. 2. TRANSFORMAÇÕES NA PROVÍNCIA E DEPOIS ESTADO DE SÃO PAULO	5
1. 3. TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DE SÃO PAULO	7
<b>2. MUDANÇAS NA IGREJA</b>	<b>9</b>
<b>3. DESAFIOS PASTORAIS NOVOS</b>	<b>12</b>
<b>4. CONTRIBUIÇÕES DO PE. MARCHETTI:     O POBRE, O ÓRFÃO E A VIÚVA</b>	<b>16</b>
4.1. A PAIXÃO PELO EMIGRANTE E O SEGREDO DE SUA VOCAÇÃO	16
4.2. A ORFANDADE DOS PEQUENOS	18
4.3. A CIDADE: UM MUNDO A CONQUISTAR E A CURAR	19
4.4. AS FAZENDAS: UM MUNDO A VISITAR	21
4.5. O MUNDO FEMININO: ACUDIR E SER ACUDIDO	27
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>31</b>

## INTRODUÇÃO

Pe. José Marchetti, nasceu em 1869, em Lombrici, Camaiore, na província de Lucca. Foi ordenado sacerdote em 1892. Chegou pela primeira vez ao Brasil, com 25 anos, a 15 de outubro de 1894. Aportou no Rio de Janeiro, passou por Santos e dali retornou à Itália.

Dois meses depois, estava de volta. Desembarcou em Santos, a 26 de dezembro de 1894. Subiu a Serra do Mar de trem em direção a cidade de São Paulo, principal local de sua atividade humana e sacerdotal e onde viria a falecer dois anos depois, a 14 de dezembro de 1896.<sup>1</sup>

O presente estudo pretende traçar, em rápidas pinceladas, o contexto em que se deram os trabalhos, fadigas, alegrias e conquistas de sua breve existência apostólica.<sup>2</sup>

O Pe. Marchetti chegou ao Brasil no momento das mais rápidas e profundas modificações de sua história, tanto no campo demográfico, quanto no econômico, político, social, mas igualmente no cultural e religioso.

Desdobraremos, assim, nosso estudo em quatro seções:

1. Transformações no país, no estado de São Paulo e em sua capital
2. Mudanças na Igreja
3. Desafios humanos e pastorais novos
4. Iniciativas do Pe. José Marchetti: o pobre, o órfão, a viúva.

### 1. TRANSFORMAÇÕES NO PAÍS, NO ESTADO DE SÃO PAULO E EM SUA CAPITAL

#### 1.1. TRANSFORMAÇÕES NO PAÍS

Elas foram profundas, no que tange à transição de um regime escravista de trabalho que já durava perto de quatro séculos, para o de trabalho “livre”. Esta transição estava inscrita já nos compromissos assumidos com a Inglaterra para o reconhecimento da independência do país, em 1827 e foi consumada na lei de suspensão do tráfico de 1831. Foi lei “para inglês ver”, como diziam o povo e seus próprios autores. Na verdade, não havia nenhum ânimo, nem propósito de aplicá-la efetivamente, como tantas outras leis que contrariavam os interesses das classes dominantes, todas elas escravocratas, mesmo no seio do partido liberal.

---

<sup>1</sup> Uma pequena história de sua vida foi publicada por FRANCESCONI, Mariom, *Come una meteora – Padre Giuseppe Marchetti (1869-1896)*, Centro Missionário Scalabriniano, Piacenza, 1969. Cartas e outros documentos seus foram publicados por BIONDI, Laura, *Alguns escritos inéditos para evocar e aprofundar a figura de Padre José Marchetti, CS*, São Paulo, Loyola, s.d.; MELO, Sonia e Ivo Prati, *In memoriam – Padre José Marchetti – (1896-1996)*, Fotoprint, São Paulo, 1996. Escorços de sua vida, encontram-se na obra de AZZI, Riolando, *A Igreja e os Migrantes – vol. I: A imigração italiana e os princípios da obra escalabriniana no Brasil (1888-1904)*, Paulinas, São Paulo, 1987, pp. 153-169 e, em relação mais direta com o nascimento das Irmãs Missionárias de São Carlos, in SIGNOR, Luce Maria, *João Batista Scalabrini e a Migração Italiana – Um projeto sócio-pastoral*, Pallotti, Porto Alegre, s.d. (1986?), pp. 159-202.

<sup>2</sup> Ao longo do trabalho, as citações das cartas do Pe. Marchetti, quando não houver nenhuma ulterior indicação, foram retiradas do livro de BIONDI, Laura, *Alguns escritos inéditos para evocar e aprofundar a figura de Padre José Marchetti, CS*, São Paulo, Loyola, s.d. As citações de outras cartas e documentos guardados no Arquivo da Província dos Carlistas em São Paulo, virão precedidas da abreviação AC (Arquivo dos Carlistas). Na maioria dos documentos, os italianos que vêm para o Brasil, na perspectiva do Pe. Marchetti, são tratados sempre como “emmigrati”, “emigrantes”, quando na perspectiva do país que os recebe se trata de “imigrantes”. Sempre que forem mencionadas as pessoas, nesta ou naquela forma, estar-se-á conotando uma ou outra perspectiva.

Nunca se importaram tantos escravos, meio milhão, quanto nos 19 anos que medeiam entre a lei de 1831 e a nova lei Eusébio de Queiroz de 1850 que, finalmente, interrompeu o tráfico, de si, já proibido e ilegal.<sup>3</sup>

A brusca interrupção do tráfico, que entre 1846 e 1849 ultrapassara a casa de cinquenta mil escravos por ano<sup>4</sup>, colocou de maneira aguda a questão de um novo regime de trabalho para o país. Abriu o debate sobre as alternativas para o suprimento de mão de obra capaz de acompanhar o ritmo da incorporação de novas terras tornadas acessíveis pela criação de estradas de ferro, ligando-as aos portos marítimos ou pela introdução da navegação a vapor, de modo particular no vale amazônico e na bacia do Paraná, Paraguai, alcançando o interior do Mato Grosso, até sua capital Cuiabá.

Para substituir a mão de obra até então trazida da África, cogitou-se na importação de “coolies” chineses, que estavam sendo levados em grande quantidade para substituir os escravos nos engenhos de açúcar da costa peruana ou nos engenhos de Cuba. A escolha fixou-se no imigrante europeu, já instalado no sul do país, em pequenas propriedades, seja na região serrana do Rio de Janeiro, com os suíços de Nova Friburgo (1819), alemães, em Petrópolis (1844) e Teresópolis seja no Rio Grande do Sul, com os alemães de São Leopoldo (1824)<sup>5</sup>, seja com as levas posteriores, desta vez incluindo italianos<sup>6</sup>, e poloneses<sup>7</sup>, a partir de 1875, que foram assentadas em Santa Catarina<sup>8</sup>, Paraná<sup>9</sup>, São Paulo e Espírito Santo<sup>10</sup>, sempre porém no regime de pequenos proprietários encarregados de assegurar o abastecimento de alimentos para o mercado interno.

Tratava-se agora, porém, de armar o fluxo de substituição da mão de obra escrava nas grandes propriedades agrícolas voltadas para a exportação. Ingente tarefa que supunha a substituição das linhas de comércio e navegação desde sempre estabelecidas com a África e a troca da classe social dos “negreiros” por outra categoria de agentes e propagandistas para atrair e convencer os novos candidatos a trabalhadores, para tocar as lavouras de café. Supunha outra categoria de transporte que não os navios negreiros e instalações de acolhida diferentes das dos tradicionais mercados de escravos, da Cafua de São Luís do Maranhão ao Valongo no porto de Santos. Implicava ainda na mudança de todo o arcabouço jurídico e social do país e de mentalidades profundamente arraigadas na anterior estrutura escravista.

Esta relação direta entre abolição da escravatura e imigração de massa para substituir os escravos nas fazendas de café paulistas, “[...] durante muito tempo geriu muitos aspectos da vida dos

---

<sup>3</sup> O melhor e mais completo estudo sobre o fim do tráfico negreiro, continua sendo o de BETHEL, Leslie, *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil*, Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro e EDUSP, São Paulo, 1976

<sup>4</sup> A perspectiva do fim do tráfico fez saltarem, dramaticamente, as figuras da importação (1845, 19.453; 1846, 50.324; 1847, 56.172; 1848, 60.000; 1849, 54.061; 1850, 22.856; 1851, 3.287) e provocou o bloqueio dos portos brasileiros pela esquadra britânica, captura e destruição de barcos negreiros e confisco de sua carga. Cfr. BETHEL, o. cit. p. 368, para os dados estatísticos e cap. 12 para a crise final da abolição, pp. 309-365

<sup>5</sup> Cfr. ROCHE, Jean, *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*, t. I e II, Globo, Porto Alegre, 1969; MÜLLER, Telmo (org.), *Imigração e Colonização Alemã – Anais do 3º Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, 15-17 set. 1978, EST, Porto Alegre, 1980; FOUQUET, Carlos, *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808-1824-1974*, Instituto Hans Staden, São Paulo, 1974. Para o conjunto da imigração atraída pela concessão de pequenas propriedades, cfr., OBERACKER JUNIOR, Carlos, “A colonização Baseada no Regime da Pequena Propriedade Agrícola”, in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira (HGCB)*, t. II – *O Brasil Monárquico*, vol. III, *Reação e Transações*, DIFEL, São Paulo, 1969, pp. 220-244

<sup>6</sup> Os estudos mais abrangentes sobre a colonização italiana, encontram-se nos dois volumes patrocinados pela Fundação Giovanni Agnelli: BONI, Luis A. de, *A Presença Italiana no Brasil*, vol. I e II, EST, Porto Alegre e Fondazione Giovanni Agnelli, Torino, 1987 e 1990.

<sup>7</sup> BARRETO, Maria Therezinha Sobier Sobierajski, *Poloneses em Santa Catarina*, UFSC-Editora Lunardelli, Florianópolis, 1983; D’APREMONT, Bernardin e Bruno de Gillonnay, *Comunidades Indígenas, Brasileiras, Polonesas e Italianas no Rio Grande do Sul*, UCS – Caxias do Sul, EST, Porto Alegre, 1976; WONSOWISKI, J. L., *Nos Peraus do Rio das Antas – Núcleo de Imigrantes Poloneses da ex-Colônia Alfredo Chaves (1890)*, UCS, Caxias do Sul, EST, Porto Alegre, 1976.

<sup>8</sup> DALL’ALBA, João Leonir, *Imigração Italiana em Santa Catarina – Documentário*, EDUCS, Caxias do Sul; EST, Porto Alegre; Editora Lurnardelli, Florianópolis, 1983.

<sup>9</sup> BALHANA, Altiva Pilatti, “Italianos no Paraná”, in DE BONI (org.), o. cit. pp. 120-143

<sup>10</sup> ROCHE, Jean, *A Colonização Alemã no Espírito Santo*, DIFEL, São Paulo, 1968; CAVATI, João Batista, *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*, Editora São Vicente, Belo Horizonte, 1973.

*colonos italianos nas fazendas de café: desde os programas de introdução e a viagem até a coerção sobre o trabalhador livre que o fazendeiro queria impor.*

*Subsidiando a viagem de imigrantes agricultores em família, o governo da Província assegurava a vinda dos mais pobres que dificilmente teriam condições de repatriamento e de se estabelecer por conta própria. As viagens transoceânicas em geral estavam muito aquém do que atualmente se considera direitos humanos: navios de imigrantes, às vezes, mais parecendo navios negreiros. A viagem de trem do porto de Santos até a Hospedaria de Imigrantes na cidade de São Paulo, não raro, lembrava o transporte de escravos, havendo notícias de vagões serem fechados a prego... A Hospedaria de Imigrantes, embora moderna e oferecendo certa segurança para o imigrante e sua família, parecia um mercado de escravos, já que muitos fazendeiros agiam com mentalidade escravocrata, esquecendo-se que estavam contratando gente livre.*

*A não compreensão das necessidades do imigrante italiano que veio à procura de uma vida decente com alimentação e habitação digna, com assistência religiosa, médica e jurídica e escolas para os filhos são reflexos da escravidão. Se o filho de escravos não precisava de escolas, por que o do imigrante as exigia? Se as construções precárias da senzala serviam para o escravo, por que não para o imigrante?*

*O fazendeiro de café custou a compreender, por exemplo, o sentido de família que o imigrante trouxe na sua bagagem cultural. Se antes ele determinava o que o filho ou a filha do escravo deviam fazer, agora encontrava resistência e os jovens abandonavam a fazenda à procura de melhores oportunidades. Cartas com as reclamações contra os fazendeiros não eram remetidas: se o escravo não tivera direito, por que o imigrante o teria?*

*A mentalidade escravocrata também pode explicar a grita dos fazendeiros por sempre mais imigrantes, já que a oferta maior que a procura de braços garantiria salários baixos. Não era fácil acostumar-se ao pagamento de salários.”<sup>11</sup>*

Se olharmos para o país em seu conjunto, podemos observar uma “modernização” difusa que atinge mesmo as regiões mais tradicionais. Por volta de 1890, os antigos engenhos de açúcar no nordeste começam a sofrer a concorrência de modernas usinas tocadas a vapor e os carros de boi cortam os canaviais para abastecer não mais os bangüês tocados a boi ou a roda d’água, mas os vagões da ferrovia que transportam a cana para as usinas.<sup>12</sup> O algodão do sertão mineiro e nordestino toma o caminho do Rio São Francisco em gaiolas a vapor e faz o transbordo para o trem em Juazeiro, seguindo dali pelos trilhos até o porto de Salvador na baía de Todos os Santos. Esta transição atingiu também as antigas relações de trabalho que regiam o relacionamento entre os livres pobres, agregados, moradores de favor e os donos de terra, nos interstícios da ordem escravista. A tentativa de converter essas pessoas em assalariados, por exemplo, nas lavouras de algodão e sua expulsão das terras, para a entrada das usinas no lugar dos antigos bangüês, trouxe uma grande inquietação no campo que culminou com o movimento de Canudos<sup>13</sup>, onde se concentraram os seguidores de Antônio Conselheiro. Insegura, a jovem República acoçada por revoltas militares, pelo

---

<sup>11</sup> PETRONE, Maria Theresa Schorer, “Abolição e imigração italiana em São Paulo”, in BONI, Luís A de, *A Presença Italiana no Brasil*, vol. II, EST, Porto Alegre, Fondazione Giovanni Agnelli, Turim, 1990, pp. 325-326.

<sup>12</sup> Sobre as transformações da produção açucareira no Nordeste, cfr. GUACCARINI, J. C. “A economia do açúcar. Processo de trabalho e processo de acumulação”, in FAUSTO, Boris, HGCB III-1, pp. 309-343; sobre as condições de trabalho nas usinas a vapor, cfr. LOPES, José Sérgio Leite, *O Vapor do Diabo – O trabalho dos Operários do Açúcar*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976

<sup>13</sup> Para uma interpretação do conjunto dos movimentos sociais e religiosos que agitaram os sertões nordestinos e as fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, cfr. MONTEIRO, Duglas Teixeira, “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”, in FAUSTO, Boris (coordenador), *História Geral da Civilização Brasileira III, O Brasil Republicano II, Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*, Difel, São Paulo, 1975, pp. 42- 92; para o relato da guerra de Canudos, cfr. CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, Cultrix, São Paulo, 1983, 3ª ed. Cultrix; para um moderno balanço do significado de Canudos, cfr. LEVINE, Robert M., *O Sertão Prometido – O Massacre de Canudos*, EDUSP, 1995. Sobre o aspecto mais diretamente religioso de Canudos, cfr. OLTEN, Alexandre, *Só Deus é grande – A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*, Loyola, São Paulo, 1990

fortalecimento das tendências monarquistas e pressionada pelos grandes proprietários e políticos da Bahia, manchou-se de sangue nas companhas genocidas contra Canudos, entre 1894 e 1897<sup>14</sup>.

Esta modernização das atividades tradicionais, açúcar e algodão, destinado à exportação e à crescente indústria têxtil e sua inserção no novo ciclo de acumulação capitalista, comandada pela industrialização, pelo uso da máquina a vapor, das ferrovias e navegação a vapor, atinge mais de cheio os novos eixos econômicos: a borracha no norte do país e o café no sul.

A extração da borracha, irrisória até os anos 70 do século passado, ganhou impulso com as novas aplicações do produto na confecção de seringas, luvas, botas, capas impermeáveis e sua aplicação na indústria naval. A explosão do consumo aconteceu, porém, com o seu uso na fabricação de pneumáticos para bicicletas e automóveis, a partir de 1890. Isto provocou uma corrida para o vale amazônico, região nativa da *Hevea Brasiliensis*, de onde se extraía o látex. Embora acorressem para a região muitos estrangeiros, ingleses, alemães, norte-americanos, sírio-libaneses, estes se instalaram nas cidades, de modo particular nos portos de Belém e Manaus, controlando as firmas de exportação e importação, as famosas casas de aviamento, bancos, linhas de navegação, serviços portuários e serviços urbanos de água, esgoto, iluminação e transporte. O grosso da mão de obra recrutada inicialmente entre as populações ribeirinhas, em sua maioria, índios destribalizados, os tapuios, logo passou a vir das áreas amazônicas adjacentes como o Maranhão e, em seguida, das zonas flageladas pela seca do Nordeste<sup>15</sup>. Meio milhão de nordestinos de modo particular, cearenses, internaram-se na Amazônia brasileira entre 1877 e 1912, o auge da corrida da borracha, liquidado pela concorrência das plantações inglesas na Malásia e francesas na Indochina. Entre 1901 e 1910, a borracha alcançou 28,2% do total das exportações brasileiras enquanto o café declinava de quase dois terços das exportações, na década anterior, para 51,3% e os demais produtos tradicionais da pauta de exportações brasileiras caíam a porcentagens extremamente modestas: açúcar (1,2%), cacau (2,8%), algodão (2,1%), fumo (2,4%), couros e peles (4,3%), mate (2,9%). Na primeira década da independência, entre 1821 e 1830, o açúcar representava 30,1% das exportações; o algodão 20,6%; o café 18,4%; couros e peles 13,6% e a borracha 0,1%.<sup>16</sup>

O outro grande eixo de expansão econômica era o café<sup>17</sup>, que avançara, durante o império, com suas plantações pelo vale do Paraíba fluminense<sup>18</sup> e depois paulista, arrastando consigo sempre mais e mais escravos trazidos da África ou importados das outras Províncias, depois da interrupção do tráfico ou ainda arrancados do ventre das escravas, numa tentativa desesperada de prolongar o regime escravista. Organizou-se para tanto, aqui no Brasil, por primeira vez, o criatório de escravos, por intermédio de famílias escravas, estruturadas com este intuito ou pelo uso, cada vez mais especializado, de “escravos reprodutores”, encarregados de pejar as escravas jovens.<sup>19</sup>

A agonia do regime escravista e a transição para o trabalho livre na grande lavoura, encontra-se magistralmente retratado no estudo clássico de Maria Emília Viotti da Costa, “Da Senzala à Colônia”<sup>20</sup> ou ainda no trabalho de Robert Conrad, “Os últimos anos da escravatura no Brasil”.<sup>21</sup>

## 1.2. TRANSFORMAÇÕES NA PROVÍNCIA E DEPOIS ESTADO DE SÃO PAULO

<sup>14</sup> É interessante notar que o Pe. Marchetti, envolvido nas agruras e vicissitudes dos imigrantes italianos em São Paulo, ignora, totalmente, em sua correspondência, o drama que se desenrolava na Bahia e para onde os principais jornais haviam despachado seus correspondentes. Nas páginas de ‘O Estado de São Paulo’, Euclides da Cunha publicava suas reportagens da guerra, convertidas depois no seu épico maior “Os Sertões”.

<sup>15</sup> Cfr. FURTADO, Celso, “O problema da mão de obra – III. A transumância amazônica”, in *A Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969, pp. 137-143

<sup>16</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho e Maria Helena Rolim Capelano, “A borracha na economia brasileira da Primeira República”, in FAUSTO, III/1, o. cit. pp. 285-307

<sup>17</sup> Cfr. FURTADO, “A Geração da Economia Cafeeira”, in o.cit., pp. 118-124

<sup>18</sup> Cfr. STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, Brasiliense, São Paulo, 1961.

<sup>19</sup> BEOZZO, José Oscar, “A política de reprodução da mão de obra escrava”, in VOZES, LXXIV, jan./fev.1981 pp. 49-54

<sup>20</sup> VIOTTI DA COSTA, Maria Emília, *Da Senzala à Colônia*, DIFEL, São Paulo, 1966

<sup>21</sup> CONRAD, Robert, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975

Os barões do café, elevados à nobreza pelo imperador, sobretudo no acaso do império e no seu declínio como classe social, formavam o sustentáculo maior do império escravista que ruuiu com a abolição da escravatura, em 1888 e que, por isso mesmo, desembocou diretamente na república positivista e liberal de 1889. É, porém, a conjunção de terras novas, tornadas acessíveis pela extensão dos trilhos, de café sem escravos e tropas de mulas, mas com ferrovias e imigrantes, que propiciou a saga cafeeira do oeste paulista, a partir da construção da estrada de ferro<sup>22</sup> São Paulo Railway, ligando Santos a Jundiaí (1868) e a posterior expansão para o norte e o oeste, por intermédio da Mogiana, partindo de Campinas para Ribeirão Preto; da Paulista, avançando por Rio Claro até Itirapina, Jaú e ultrapassando mais tarde o rio Tietê na direção de Bauru e da Alta Paulista; da Sorocabana em direção a Sorocaba, Botucatu, Agudos, Ourinhos e, por fim, Bauru, Alta Sorocabana e norte do Paraná. De Bauru, em 1905, partiu a estrada de ferro Noroeste do Brasil, demandando o rio Paraná, o Mato Grosso e chegando a Corumbá, à beira do Rio Paraguai e até a fronteira com a Bolívia, em Puerto Suarez.

É num estado de São Paulo em plena transformação que chega o Pe. José Marchetti na última década do século passado.

Essa transformação acontecia na hinterlândia, em terras novas, abertas pela primeira vez à atividade econômica, graças à ferrovia, ao braço imigrante e a um produto, o café, do qual o Brasil chegou a deter 90% do comércio mundial, numa situação de virtual monopólio. Esta nova combinação de café com ferrovia e imigrantes aconteceu de modo eminente no Estado de São Paulo, criando uma verdadeira explosão demográfica e uma inesperada onda de prosperidade, acompanhada igualmente de seu cortejo de exploração, miséria e violência, sobretudo no campo do trabalho.<sup>23</sup>

A obra monumental de Taunay sobre o roteiro do café, retrata o caminho percorrido pelo café e a civilização que ele criou.<sup>24</sup>

Para esta segunda expansão cafeeira, sem escravos, a figura central é o imigrante italiano<sup>25</sup> que começa a comparecer nas estatísticas em 1875, para se transformar bem depressa na mais importante corrente imigratória, embalada pela grande alta de preços do café entre 1886 e 1890, quando seu valor mais do que dobrou no mercado internacional e pela expansão do crédito à lavoura nos primeiros anos da República.<sup>26</sup>

Alguns dados permitem colher a relevância da imigração italiana para as lavouras de café de São Paulo. Zuleika Alvim em sugestivo artigo, “O Brasil italiano”<sup>27</sup>, indica que no período da grande imigração, entre 1870 e 1920, a lavoura cafeeira atraiu direta ou indiretamente, 2,5 milhões de estrangeiros para o estado de São Paulo, dum total de 4,5 milhões para o país. O impacto demográfico sobre o estado de São Paulo foi enorme<sup>28</sup>. Sua população, no início do século XIX, era de apenas 200 mil habitantes, situando-o no quinto lugar entre as províncias. Em 1872, às vésperas da grande

---

<sup>22</sup> Sobre a expansão paulista em direção ao oeste e noroeste do estado, cfr. MONBEIG, Pierre, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, HUCITEC-POLIS, São Paulo, 1984 e, anteriormente, AZEVEDO, Fernando de, *Um trem corre para o oeste*, Obras Completas vol. XII, Melhoramentos, São Paulo, 2ª ed. (s.d.)

<sup>23</sup> Sobre os contratos de trabalho na zona cafeeira e a imigração assalariada, cfr. HOLANDA, Sérgio Buarque, “As colônias de parceria”, in HOLANDA, HGCB II/3, pp. 245-260; PETRONE, Teresa Schorer, “Imigração Assalariada”, *ibidem*, pp. 274-298. Sobre o motim dos colonos contra as condições de trabalho na Fazenda Ibicaba, cfr. DAVATZ, Thomas, *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, Livraria Martins, São Paulo, 1941

<sup>24</sup> TAUNAY, Affonso de E., *História do Café no Brasil* (XII tomos), DNC, Rio de Janeiro, 1939. Há um resumo da grande obra, pelo mesmo autor: *Pequena História do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, 1945

<sup>25</sup> VANGELISTA, Chiara, *Le Braccia per la Fazenda – Immigrati e “caipiras” nella formazione del mercato di lavoro paulista (1850-1930)*, Franco Angeli Editore, Milano, 1982; HOLLOWAY, Thomas H., *Imigrantes para o café*, Paz e Terra, São Paulo, 1984; GROSSELLI, Renzo M. *Da Schiavi Bianchi a Coloni. Un progetto per le fazendas: Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane, Parte IV, São Paulo 1875-1914*, Edizione a cura della Provincia Autonoma di Trento, 1991; CENNI, Franco, *Italianos no Brasil – “Andiamo in ‘Merica...”* – 2ª ed. Fac-similar comemorativa do centenário da imigração italiana no Brasil, 1875-1975, Martins-EDUSP, 1975.

<sup>26</sup> cfr. FAUSTO, Boris, “Expansão do Café e Política Cafeeira”, in FAUSTO, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira III/I*, o. cit. 193-248

<sup>27</sup> ALVIM, Zuleika, “O Brasil italiano (1880-1920)”, in FAUSTO, Boris (organizador), *Fazer a América – A Imigração em Massa para a América Latina*, EDUSP, Memorial, FUNAC, São Paulo, 1999, pp. 383-417

<sup>28</sup> BEIGUELMAN, Paula, *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro – Aspectos Políticos*, Pioneira, São Paulo, 1977, 2ª ed. Revista e aumentada,

imigração, continua na quinta posição, com 837.354 habitantes, precedido por Pernambuco (841.539), pelo Rio de Janeiro (1.094.576), pela Bahia (1.379.616) e Minas Gerais (2.039.735)..

No censo de 1890, São Paulo já havia superado Pernambuco e, em 1920, ao final da grande imigração ocupava a segunda posição, com 4.492.000 habitantes, superado apenas por Minas Gerais (5.888.000)<sup>29</sup>.

Os italianos, com cerca de 1,0 milhão de indivíduos, representaram 40% de toda a imigração para o Estado de São Paulo. Houve momentos, entretanto, em que esta proporção cresceu consideravelmente, como, por exemplo, entre 1886 e 1896. Nestes dez anos, a Sociedade Promotora da Imigração introduziu no estado de São Paulo 480.896 imigrantes, dos quais 353.139 eram italianos, ou seja 73,43% do total.

Se dividirmos a imigração italiana por décadas, entraram 49.927 imigrantes na década de 70; 276.724, na década de 80 e 690.367, na década de 90.<sup>30</sup> É nesta década de transição do império para os primeiros anos da república, em que entra uma verdadeira avalanche de italianos, que o Pe. Marchetti inicia seu apostolado pela capital e pelo interior do Estado de São Paulo, percorrendo as fazendas de café.

No interior, estava em curso uma acelerada expansão das lavouras e, na capital, um surto de industrialização, pelo afluxo da riqueza cafeeira e pela crescente capacidade de consumo da população assalariada, de uma classe média em ascensão e do rápido enriquecimento dos fazendeiros, comerciantes, bancos e firmas ligadas ao comércio do café, à implantação das ferrovias e à modernização da cidade.

Junto com o crescimento e enriquecimento da cidade, acumulavam-se todos os problemas sociais e humanos de déficit e precariedade das moradias em cortiços e favelas, que as vilas operárias não conseguiam eliminar<sup>31</sup>; de exploração do trabalho, até então sem nenhuma legislação de regulamentação e proteção dos trabalhadores e sem sindicatos legalmente constituídos; de abuso do trabalho infantil e feminino, em longas jornadas e mesmo em horários noturnos nas indústrias têxteis, de panificação e outras; de falta de escolas, de saneamento básico, assistência sanitária, fazendo com que epidemias de tifo<sup>32</sup>, varíola<sup>33</sup>, febre amarela<sup>34</sup> grassassem facilmente pela cidade, ceifando vidas, destruindo famílias e deixando muitas crianças órfãs e abandonadas. O fenômeno de meninos de rua e da prostituição infantil não são de hoje e estavam disseminados, infelizmente, também na São Paulo de fins do século passado. Pe. Marchetti observava a esse respeito:

*“A Congregação quer manter a moralidade, a fé, a instrução, etc. Atualmente, o perigo está em toda parte, mas de modo particular em São Paulo, nas cidades, por causa dos órfãos, dos*

---

<sup>29</sup> IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil, Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985*, Série Estatísticas Retrospectivas, vol.3, IBGE, Rio de Janeiro, 1987

<sup>30</sup> Cfr. CENNI, o. cit., pp. 170-171

<sup>31</sup> CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira, “Imagens do Conforto: A Casa Operária nas Primeiras Décadas do Século XX em São Paulo”, in BRESCIANI, Stella (org.), *Imagens da Cidade – Séculos XIX e XX*, ANPUH/São Paulo, Marco Zero Editora, São Paulo, 1994, pp. 123-146

<sup>32</sup> O tifo rondou a obra apenas iniciada do Pe. Marchetti: “*Nesses dias tivemos ocasião para meditar bastante sobre a morte. Minha irmã e uma outra pessoa de casa estiveram e ainda estão correndo perigo de morte: estão com tifo. E que tifo!*”. Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo, 12-01-1896.

Ao final deste mesmo ano, será a vez de o próprio Pe. Marchetti agonizar, atingido igualmente pelo tifo que o levará à morte, no dia 14 dezembro de 1896, aos 27 anos.

<sup>33</sup> BERTUCCI, Liane Maria, “Uma ameaça Iminente – As Epidemias. Um momento: Varíola – 1908”, in BRESCIANI, o. cit. pp. 77-91

<sup>34</sup> Sobre a febre amarela, mas também sobre os fazendeiros, escrevia o Conde Gherardo Pio de Savoia a Dom Scalabrini, logo após a passagem do Pe. Marchetti pelo Rio de Janeiro: “*Temos a febre amarela e os fazendeiros, dois flagelos que valem por quatro: a febre amarela que mata e assusta; o fazendeiro que muitas vezes não possui nenhum sentimento cristão, habituado até ontem a golpear escravos [...] nem a febre amarela nem os fazendeiros se ocupam dos laços de família; este último, nos limites de seu poder, levando em conta seu interesse apenas, separa o que está unido e une o que está separado...*” SAVOIA, Gherardo Pio, Lettera a Giovanni Battista Scalabrini, Rio de Janeiro 11-11-1894 (AGS, 356/2), citado por SIGNOR, oc. cit. p. 162



*abandonados, dos marginalizados. Desta classe pegam as juvenzinhas para encher os cafés, etc. etc.*”<sup>35</sup>

### 1.3. TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Os primeiros impactos da modernização do país, a partir da segunda metade do século XIX aconteceram no distrito da corte, a cidade do Rio de Janeiro. Ali chegaram por primeiro as novidades: os navios a vapor, a estrada de ferro, a iluminação a gás e depois elétrica, os bondes urbanos puxados por burros e, posteriormente, movidos a eletricidade, os primeiros automóveis e o primeiro fluxo migratório urbano, constituído principalmente por portugueses, mas também ingleses, franceses, espanhóis, sírio-libaneses, alemães, norte-americanos.

João Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, foi o responsável por boa parte destas novidades e pelo impulso industrial da cidade do Rio de Janeiro<sup>36</sup>.

Mas, bem depressa, a cidade de São Paulo tornou-se o símbolo das transformações porque estava se tornando no país, o principal polo irradiador destas mudanças. Em nenhum outro lugar do país a profundidade e a extensão das transformações foi mais visível<sup>37</sup>.

O pequeno burgo colonial estava espremido no triângulo formado pelo Convento do Carmo, sobranceando a várzea do rio Tamanduateí; o Mosteiro de São Bento, a cavalo entre o Tamanduateí e o riozinho Anhangabaú, e o convento São Francisco a montante do vale do Anhangabaú. Só timidamente, avançara, durante boa parte do período imperial, em direção aos campos do Guará ou da Luz, onde no século XVIII, Frei Galvão erigira um Recolhimento de Religiosas contemplativas.

Só mesmo a instalação da Faculdade de Direito, em 1828, nos locais do Convento de São Francisco, viera agitar a placidez das noites da cidade com a algazarra dos acadêmicos e de suas repúblicas e a circulação de seus jornaizinhos mordazes, satíricos ou revolucionários pregando a abolição da escravatura e a substituição da monarquia pelo regime republicano.<sup>38</sup>

Apenas a chegada da Estrada da Ferro, iniciada em 1860 e inaugurada em 1867, viera romper o secular isolamento da vila e depois cidade, ligada ao litoral por quase três séculos, pelo “caminho do padre”, vereda transitável unicamente a pé, em tempo seco, pelas íngremes subidas da Serra Mar ou, mais tarde, pela Calçada de Lorena, construída pelo Morgado de Mateus, ao final do século XVIII. O novo caminho permitia o uso de mulas. Tropas de mueres começaram a circular, subindo e descendo penosamente a serra, mas escrutando o céu, para ver se não ia chover e esperando não cruzar, ao descer, com outra tropa subindo pelo estreito caminho que, só em poucos lugares, permitia a passagem simultânea de dois animais.

Ao censo de 1872, São Paulo era ainda uma cidade acanhada, com 31.385 habitantes, regulando com Manaus, Florianópolis, Maceió, João Pessoa, mas superada por São Luís do Maranhão (31.664), Cuiabá (35.967), Fortaleza (42.458), Porto Alegre (43.998), Belém (61.997), Recife (116.671), Salvador (129.109) e Rio de Janeiro (274.972), cuja população era nove vezes superior à paulistana.

A explosão viria nos anos seguintes, quando a capital se tornou o ponto de chegada de todas as ferrovias do interior<sup>39</sup> e caminho obrigatório para o escoamento da produção cafeeira que partia serra abaixo, num sistema de cremalheiras, enquanto, do porto de Santos, subiam imigrantes e mercadorias importadas, para redistribuição por toda a hinterlândia.

<sup>35</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J. B. Scalabrini, São Paulo, 10-03-1895, p. 17

<sup>36</sup> CALDEIRA, Jorge, Mauá, *Empresário do Império*, Companhia das Letras, São Paulo, 1995

<sup>37</sup> GLENER, Raquel, “Visões de São Paulo”, in BRESCIANI, o.cit. pp. 163-175

<sup>38</sup> Imagens desta São Paulo antiga e de suas primeiras transformações podem ser encontradas em SESSO JUNIOR, Geraldo, *Retalhos da Velha São Paulo*, OESP-Maltese, São Paulo, 1986, 2ª ed. Revisada; MOURA, Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora (evocações da metrópole)*, Coleção Reconquista do Brasil (Nova Série), vol. 25, Itatiaia, Belo Horizonte – EDUSP, São Paulo, 1980

<sup>39</sup> MATOS, Odilon Nogueira de, “Vias de Comunicação”, in HOLANDA, HGCB II/4, pp. 42-59

Pela “*The São Paulo Railway Company*”, mais conhecida como a “Santos-Jundiaí”, que unia o ponto de partida, no porto de Santos e o de chegada do outro lado da serra da Cantareira. subiu o Pe. Marchetti para seu primeiro encontro com a cidade de São Paulo. O trem, com os imigrantes já fazia uma parada direta na estação privativa da Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás, antes de chegar na antiga Estação da Luz, construída em 1865, e substituída pela nova, em 1900.

A cidade pacata entrou em atividade febril com a inauguração da estrada de ferro e o surto industrial<sup>40</sup>. A população passou a crescer em ritmo geométrico, dobrando entre o censo de 1872 e o de 1890 e quadruplicando entre 1890 e 1900. Assim a São Paulo de 1872 com seus 31.385 habitantes chegava a 64.934 em 1890, a 239.820 em 1900 e 579.033 em 1920.

Pe. Marchetti chegou a São Paulo, neste momento de maior expansão demográfica da cidade, em toda sua história, a década entre 1890 e 1900. Naqueles anos, a população estrangeira, formada em grande parte por italianos, superou largamente a população brasileira.

Entre os operários da indústria, a proporção era ainda mais avassaladora em favor dos estrangeiros, ultrapassando os 90%.

Pe. Marchetti estava assistindo à liquidação da velha cidade indígena e mameluca, construída em taipa de pilão, ao longo de trezentos e cinqüenta anos, e ao surgimento de uma nova cidade, em estilo italiano, francês e inglês, feita não mais de barro, mas de tijolos pelas mãos dos “muratorii” e mestres de obra italianos.<sup>41</sup> Era uma cidade também que escondia mal todo o abandono e desleixo em que soçobravam os bairros, onde se processava a expansão industrial e se multiplicavam as moradias dos operários. Valha esta descrição de algumas ruas do Brás, no jornal da colônia italiana paulista, o *Fanfulla* de 14 de março de 1899:

*“Nessa rua (que levava da Rangel Pestana ao Gasômetro- nota do autor) [...] os animais quebram as pernas, os carros perdem as rodas e os viandantes afundam até a cintura, lançando imprecações e blasfêmias [...] Paciência quando se tratam de ruas despovoadas, pelas quais se pode transitar em bonde ou não transitar. Muito pior quando isso acontece em ruas habitadas, nas quais ao limo, lixo, juntam-se as águas servidas e muitas outras coisas que não é licito nomear, mas que muitas pessoas acham certo depositar ou jogar das janelas.*

*Noutras ruas, as calçadas não existem e tanto em dias de chuva como em dias serenos as pessoas não podem transitar senão descalças, com as saias ou as calças levantadas até o joelho. Imaginai agora o cheiro de tais ambientes, onde várias vezes por dia entram pés tratados de tal forma, imaginai tudo o mais e tereis uma idéia mais ou menos exata do estado daqueles tugúrios e do dano imenso que disso deve necessariamente derivar para a saúde pública.*

*Esta é a razão pela qual no Brás tem sede predileta, endêmica, a escarlatina, a varíola, as febres palustres, as febres tifóides e vários outros benefícios do Senhor [...]”*<sup>42</sup>

A cidade tornou-se também espelho de todas as correntes sociais e políticas então existentes, dos liberais concentrados em torno da faculdade de direito, da grande imprensa e do governo aos anarquistas<sup>43</sup> presentes nas fábricas e nos jornais operários. Os bairros operários estavam coalhados de antigos carbonários, anarquistas e socialistas, cujos governantes em suas terras de origem, estavam felizes em esvaziar cadeias públicas e em despachar estes politicamente indesejáveis misturados à

<sup>40</sup> Sobre a industrialização brasileira, a classe operária e seus movimentos, mormente em São Paulo, cfr. DEAN, Warren, *A industrialização de São Paulo (1889-1945)*, DIFEL, São Paulo, 2ª ed. (s.d.); PINHEIRO, Paulo Sérgio e Michael M. Hall, *A Classe operária no Brasil (1889-1930)*, vol. I – O Movimento Operário, Editora Alfa Omega, São Paulo, 1979; \_\_\_\_\_ *A Classe operária no Brasil – Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado (1889-1930)*, vol. II - Documentos, Brasiliense, São Paulo, 1981; CARONE, Edgar, *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, DIFEL, São Paulo, 1979

<sup>41</sup> Uma fascinante descrição deste processo de destruição e reconstrução da cidade, primeiro de taipa, cidade indígena e mestiça que perdura até meados dos anos 70 do século passado, depois de tijolos e européia entre 1880 e 1920 e, finalmente norte-americana, nos seus arranha-céus de ferro e cimento armado, encontra-se no livro de TOLEDO, Benedito Lima de, *São Paulo: três cidades em um século*, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1981

<sup>42</sup> PINHEIRO, o. cit., vol. II, pp. 24-25

<sup>43</sup> cfr. MARAM, Leslie Sheldon, *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro. 1890-1920*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979; DULLES, John W. Foster, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1977

massa de emigrantes destinados às lides agrícolas.<sup>44</sup> Muitos deles eram porem artesãos, operários, pedreiros, músicos, alfaiates, sapateiros, gráficos, invariavelmente fichados, nos consulados brasileiros, como trabalhadores agrícolas, a serem endereçados para as fazendas de café. Às vezes, sem nunca terem tido uma enxada nas mãos, escapuliam das fazendas, na primeira oportunidade, para tentar a vida na cidade, seja como artesãos independentes, seja como operários ou operárias na indústria<sup>45</sup>.

## 2. MUDANÇAS NA IGREJA

A mais importante de todas era a dupla mudança no seu povo de fieis: em primeiro lugar a grande massa de escravos tornava-se “livre” e saía dos nichos tradicionais onde esteve amarrada e controlada: engenhos, fazendas, minas e em todos os serviços, artes e ofícios das cidades, mas principalmente nas lides domésticas, que prendiam as mulheres escravas à cozinha, ao tanque, ao ferro de passar e engomar, ao cuidado das crianças brancas, à costura e à limpeza das casas.

No capítulo das lides domésticas, pouca coisa mudou para as mulheres nesta transição, mas os homens, ao saírem das fazendas para as cidades, encontraram enorme dificuldade de inserção no mercado de trabalho agora inundado por imigrantes estrangeiros. Para eles, sem-terra para trabalhar e sem qualificação para se empregarem, não havia mais lugar na nova ordem capitalista e de trabalho “livre” e concorrencial que se implantava<sup>46</sup>.

Em segundo lugar, era todo um povo novo que estava chegando: alemães, suíços, espanhóis, italianos, russos, ucranianos, libaneses, japoneses<sup>47</sup>, alterando o panorama religioso em geral, com a diversificação das religiões e também das igrejas e confissões cristãs. Alterava-se igualmente o tradicional rosto do catolicismo brasileiro, o do catolicismo moreno, como o chama Eduardo Hoornaert<sup>48</sup>, fruto de forte miscigenação nos quase quatro séculos anteriores, em que indígenas, portugueses e negros foram se amalgamando e criando o povo brasileiro e seu singular catolicismo que tanto espantou missionários e imigrantes em fins do século passado. Agora o catolicismo conhecia, por primeira vez, o rosto de católicos orientais, o de russos e ucranianos das igrejas uniatas, mas também o dos melquitas e maronitas do Oriente Médio, conhecia igualmente tradições diferentes quanto à piedade e devoções de fora da península ibérica: a de poloneses e alemães, de tiroleses e italianos.

Este povo novo articulava-se também de maneira nova: nas colônias de pequenos proprietários, era a capela o núcleo em torno ao qual se desenrolava toda a vida religiosa<sup>49</sup>. Nas cidades, no lugar das antigas irmandades, confrarias e ordens terceiras, passam a florescer as associações de leigos e leigas, surgidas em grande parte na segunda metade do século XIX: o Apostolado da Oração, as Congregações Marianas, as Filhas de Maria, as Ligas de Jesus, Maria e José e muitas outras. A família, instituição chave entre os imigrantes, tanto mais que o governo privilegiava a imigração de famílias tanto para as lavouras de café, quanto para os lotes coloniais, passa a ter um papel nunca anteriormente conhecido na realidade de escravos sem família e de

---

<sup>44</sup> TRENTO, Angelo, “Emigrazione italiana e movimento operaio a São Paulo, 1890-1920”, in ROSOLI, Gianfausto (org.), CEISAL-ASSLA-USP, *Emigrazione europea e popolo brasiliano – Atti del Congresso Euro-Brasiliano sulle migrazioni* (São Paulo, 19-21 agosto 1985), Centro Studi Emigrazione, Roma, 1987, pp. 229-256.

<sup>45</sup> PETRONE, Pasquale, “A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira”, in DE BONI, o.cit. pp. 489-507

<sup>46</sup> O melhor estudo sobre o negro neste período é de FERNANDES, Florestan, *A integração do negro na sociedade de classes*, Dominus Editora e EDUSP, São Paulo, 1965 (2 vol.)

<sup>47</sup> NOGUEIRA, Arlinda Rocha, *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 1984

<sup>48</sup> HOORNAERT, Eduardo, *O Cristianismo moreno do Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1991

<sup>49</sup> GALIOTO, Pe. Antônio, “O Significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul”, in DE BONI, o. cit. pp. 293-312

senhores que, ao lado de sua família legítima, multiplicavam filhos fora do casamento e mantinham uma ou mais concubinas.<sup>50</sup>

A República, por sua vez, trouxe com o decreto 119 A de 7 de janeiro de 1890 a separação entre a Igreja e o Estado. Séculos de convivência entre as duas instituições, sob o instituto do Padroado Régio, havia moldado hábitos e criado um acomodamento eclesial, no campo pastoral, por ser o catolicismo a religião oficial do Estado e a única autorizada a praticar o culto público. Levava também a uma subordinação eclesiástica ao poder e arbítrio do Estado, pois este indicava os bispos, que nomeava os párocos. Todos, porém, eram mantidos pelo Estado, num quadro especial de funcionários públicos.

A oposição dos bispos, após o Concílio Vaticano I, à presença da maçonaria nas irmandades religiosas levou a um confronto com o Estado, fazendo estalar a assim chamada “Questão Religiosa” que culminou com a condenação e prisão, em 1872, dos bispos de Olinda/Recife e do Grão Pará, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1871-1878) e Dom Antônio de Macedo Costa (1850-1890).

No dizer do Pe. Júlio Maria, o episódio foi uma *reação efêmera*, apenas um sobressalto de altivez e resistência à secular submissão ao Estado, logo esquecido<sup>51</sup>.

A separação entre a Igreja e o Estado trouxe a liberdade de cultos, o fim dos subsídios do Estado aos professores dos seminários e da “côngrua” paga aos párocos, cônegos e bispos. Por pequenos que fossem esses proventos vindos do Estado, não foi tarefa fácil encontrar, de imediato, entradas para o sustento da mesa episcopal, da cúria diocesana, dos seminários, casas paroquiais e para os gastos do culto e da manutenção de tantas igrejas, capelas, missões e obras de caridade. O fim do clero secular como funcionário do Estado coincidiu com o seu colapso e rápida substituição por religiosos que podiam contar com suas obras, colégios e hospitais, para assegurar o seu sustento, quando não com o apoio de suas ordens e congregações no exterior, pelo menos para o período inicial de instalação.

Para aquilatar esta transição tão brusca no clero brasileiro, basta colocar lado a lado os dados do censo de 1872, limiar da grande transformação e o de 1920.

Em 1872, a população do país alcançava 9.930.478 habitantes, o clero secular compunha-se de 2.256 (95,5%) padres, enquanto o clero religioso, contava com apenas 107 (4,5%) membros. As religiosas eram só 286 em todo o país<sup>52</sup>. A média de habitantes por padre, era de 4.202. Vale lembrar que os sacerdotes seculares eram praticamente todos brasileiros, assim como o clero religioso, com raras exceções.

No Censo de 1920, a população era de 30.642.041 habitantes, tendo mais do que triplicado entre os dois censos. No que concerne o panorama dos efetivos religiosos, os dados não são de todo comparáveis, pela mudança de critérios na sua coleta. Os resultados, entretanto, deixam claro uma radical alteração, quando se examinam as tabelas do número de religiosos por nacionalidade e por sexo.

A primeira surpresa é o florescimento da vida religiosa feminina. Seu número multiplica-se por dez, somando quase 3.000 irmãs, sendo 1.761 (59,8%) brasileiras e 1.181 (40,1%), estrangeiras. O que impressiona é a rápida nacionalização dos efetivos, pois as congregações femininas que ingressaram no Brasil, vieram em sua grande maioria da Europa. Das 98 congregações ingressadas

---

<sup>50</sup> cfr. BEOZZO, José Oscar, “A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre”, in MARCÍLIO, Maria Luiza, *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*, CEDHAL-CEHILA, Loyola, São Paulo, 1993, pp. 29-100

<sup>51</sup> MARIA, Pe. Júlio, *O Catolicismo no Brasil – Memória Histórica*, Agir, Rio de Janeiro, 1950, pp. 179-204, cfr. do ponto de vista de um historiador liberal, BARROS, Roque Spencer M. de, “A questão religiosa”, in HOLANDA, HGCB, II/4, pp. 338-365; para o julgamento em si, cfr., *Processo e Julgamento do Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa pelo Supremo Tribunal de Justiça* (segundo a compilação feita para a Revista O Direito), Typographia Theatral e Comercial, Rio de Janeiro, 1874; para o ponto de vista de Dom Macedo: COSTA, D. Antônio Macedo, *Resposta a seus acusadores na Câmara, Pará, 1879; A questão Religiosa do Brasil perante a Santa Sé, 1886; O Barão de Missão Penedo e sua Missão a Roma*, Rio, 1888; para um ponto de vista contemporâneo: VILLAÇA, Antônio Carlos, *História da Questão Religiosa no Brasil*, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1974.

<sup>52</sup> Diretoria Geral de Estatística - *Censo de 1872: Relatório Anexo ao Ministério dos Negócios*, Rio de Janeiro, 1876

nos cinquenta anos entre 1881 e 1930, 76 são estrangeiras e apenas 22 brasileiras, em grande parte fundadas entre 1911 e 1930 (12/22).

No que concerne aos homens, o movimento é inverso. Enquanto em 1872, quase todo clero é secular e brasileiro, em 1920, os estrangeiros são 2.838 (46,8%) e os brasileiros 3.218 (53,1%), dando um total de 6.059 pessoas. Como o censo não distingue entre clero secular e religioso e, no caso dos religiosos, entre irmãos leigos e sacerdotes, fica difícil extrair uma figura exata desta repartição. Pode-se, porém, dizer que boa parte dos efetivos do clero secular corresponde a sacerdotes brasileiros, enquanto a maior parte dos religiosos é formada por estrangeiros.<sup>53</sup>

O censo foi realizado logo após o término da grande guerra de 1914 a 1918. Esta representou um sinal de alerta para as congregações missionárias que dependiam inteiramente do exterior para a reposição e aumento dos seus efetivos. Elas viram a guerra dificultar os contatos e o apoio às suas iniciativas no Brasil. Muitas começaram a abrir, a partir deste momento, noviciados e seminários aqui no Brasil, quase sempre nas zonas de imigração européia do sul do país. Assim jesuítas alemães recrutavam vocações para seu seminário em São Leopoldo entre as famílias de origem alemã do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; os capuchinhos italianos entre as famílias de origem veneta na serra gaúcha ou no interior paulista; os franciscanos, instalados em Santa Catarina e Petrópolis, durante muito tempo só recrutaram entre os colonos alemães, suas vocações. Os carlistas farão o mesmo, buscando suas vocações entre os colonos italianos do sul.

A outra transformação visível na Igreja é o imediato fracionamento das antigas dioceses. Quase todas as dioceses e prelazias brasileiras tinham sua origem no período colonial: Salvador da Bahia (1551), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), São Luís (1677), Belém (1713), São Paulo (1745), Mariana (1745), Cuiabá (1745), Goiás (1745). Mais de cem anos depois, são criadas as novas dioceses do período imperial: Diamantina (1854), Fortaleza (1854) e Porto Alegre (1858).

Em que pese a população ter quase triplicado durante o século XIX, a política imperial foi muito restritiva em dar à Igreja instrumentos mais ágeis para o exercício de sua tarefa pastoral, criando dioceses e paróquias a conta gotas, para não onerar as finanças do Estado, responsável pelo sustento do aparato eclesiástico. A Igreja assumia, em contrapartida, ao lado de seus encargos pastorais, tarefas civis, como a manutenção dos registros de nascimentos, via batizados, dos casamentos e óbitos, o cuidado dos cemitérios, o da realização das eleições que aconteciam normalmente na própria igreja, desempenhando o pároco as funções de juiz eleitoral e de secretário para a contagem dos votos e para lavrar a ata final dos resultados.

Quando da lei de terras de 1850, foram também os vigários os encarregados, nas paróquias do interior, de lançar os registros de propriedade fundiária pelo país afora. Foram também eles os encarregados dos registros dos ingênuos, isto é, dos filhos de mulheres escravas nascidos depois de 28 de setembro de 1871 que seriam beneficiários da Lei do Ventre Livre, quando completassem 21 anos de idade. Como se vê, nenhuma destas crianças gozou do benefício da lei, visto que, a abolição chegou antes, em 1888, quando a lei produziria os primeiros livres, só em 1892!

Nos primeiros anos da República, a Santa Sé irá apressar-se em dotar o país de uma rede mais ampla de dioceses, criando, de imediato, novos bispados em muitas das capitais dos estados: Manaus (1892) no Amazonas, Paraíba, na Paraíba (1892), Niterói no Rio de Janeiro (1892), Curitiba no Paraná (1892), Maceió, em Alagoas (1900), Vitória, no Espírito Santo (1895), e elevando Rio de Janeiro (1892) a Arquidiocese. Petrópolis (1897) foi criada diocese no lugar de Niterói, capital do Estado do Rio. Petrópolis havia sido residência de verão da corte, da nunciatura e do corpo diplomático e, posteriormente, dos governos republicanos, com o intuito de oferecer uma alternativa serrana de clima ameno à canícula do Rio e sobretudo um refúgio contra os surtos de febre amarela que dizimavam a população nos meses de chuva e calor do verão carioca.

---

<sup>53</sup> Para maiores detalhes desta problemática, cfr. BEOZZO, José Oscar, “Decadência e Morte, Restauração e Multiplicação das Ordens e Congregações Religiosas no Brasil: 1870-1930”, in AZZI, o. cit. , pp. 85-129

Assim, pois, num único ano, o de 1892, foram criadas mais dioceses do que entre 1745 e 1892. Neste ano, foram erigidas 4 dioceses enquanto ao longo dos 147 anos anteriores, apenas três o haviam sido: Diamantina, Fortaleza e Porto Alegre.

Quanto à febre amarela, esta não ficou restrita aos portos, pois os trens encarregavam-se de transportar para o interior pessoas contaminadas, disseminando rapidamente a epidemia, a cada verão<sup>54</sup>. O mesmo acontecia com a varíola, até que as campanhas de vacinação de Oswaldo Cruz começassem lentamente a erradicá-las dos portos e demais cidades litorâneas, foco de contaminação para o interior do país. Pe. Marchetti será uma das vítimas destes surtos não de febre amarela ou de varíola, mas do tifo. Tendo contraído a doença em viagem missionária pelas fazendas do interior paulista, mal teve tempo de retornar à capital para falecer ao lado do orfanato Cristoforo Colombo, por ele edificado.

A criação destas dioceses levou seus bispos a empenharem-se em trazer da Europa novas congregações religiosas tanto femininas como masculinas, acelerando o movimento de vinda de religiosos estrangeiros para o Brasil, com o intuito de cobrir as novas necessidades pastorais e os novos campos de trabalho abertos nestes bispados. As Congregações foram responsáveis pelo multiplicar-se de escolas, colégios, hospitais, orfanatos, asilos e outros tipos de obras sociais.<sup>55</sup>

### 3. DESAFIOS PASTORAIS NOVOS

No documento preparatório que resultou na Pastoral Coletiva de 1890, a primeira na história do país, Dom Macedo Costa, apresenta como um dos seus principais desafios pastorais, uma situação até então desconhecida: a avalanche de imigrantes que aportavam ao país e, particularmente, a São Paulo, acompanhada pela dificuldade de a igreja local prestar-lhes um válido serviço:

*“A colonização no Brasil por meio de imigrantes europeus, sempre favorecida pelo governo, tem tomado nos últimos anos, e cada vez mais irá tomando, grande desenvolvimento. A maior parte destes colonos são católicos e em grandíssimo número italianos, que recebem uma educação religiosa bastante alimentada de piás práticas, nas suas terras natais. Em geral, são de bom proceder, laboriosos, parcios, dóceis e respeitosos; habituados a frequentar a igreja, à recepção dos Sacramentos e ao exercício de especiais devoções. Chegados ao Brasil e dirigidos ou aos grandes núcleos coloniais, ou às fazendas, não acham mais aquela maneira de viver em seus países. Baldos de escolas e dos cuidados dos pais, de todo ocupados no trabalho para viverem, crescem os meninos quase abandonados a si mesmos sem a educação religiosa. Os bispos fazem o que podem; mas a deficiência de sacerdotes, que nem para os nossos compatriotas chegam, os impede mais ou menos de virem em socorro aos colonos.”*<sup>56</sup>

Certas ajudas, por outro lado, mais atrapalhavam do que auxiliavam, como insinuava a mesma memória:

---

<sup>54</sup> Em meio a uma de suas viagens ao interior de São Paulo, em região infestada pela febre amarela, escrevia Pe. Marchetti: “*Sonno 65 giorni che viaggio attraverso ai boschi e alla febbre gialla. Il buon Dio mi há conservato sano e salvo*”. Apud FRANCESCONI, o. cit. p. 42

<sup>55</sup> Para um quadro das obras mantidas por congregações italianas, veja, BEOZZO, José Oscar, “O clero italiano no Brasil”, in DE BONI, Luis A, *A Presença Italiana no Brasil*, EST - Fondazione Giovanni Agnelli, Porto Alegre – Torino, vol. I, pp. 34-62

<sup>56</sup> COSTA, Macedo, “Alguns pontos de reforma na Igreja do Brasil – Memória para servir às discussões e resoluções nas conferências dos Senhores Bispos”, apud AZZI, Riolando, *Dom Antônio de Macedo Costa – Bispo do Pará, Arcebispo Primaz (1830-1891)*, Cadernos de História da Igreja 1, Loyola/CEPEHIB, 1982, 65

“O grande flagelo das dioceses, principalmente do sul, vem de padres estrangeiros, principalmente italianos, um ou outro dos quais virá para cá movido do zelo das almas, quase todos, porém, vem para ganhar dinheiro ou levar vida escandalosa, muitas vezes para um e outro fim”.<sup>57</sup>

Esta mesma preocupação expressa Dom Joaquim Arcoverde, bispo de São Paulo, diretamente a Dom Scalabrini:

“*Abbia V. Ex. una gran cura nel sciogliere buoni sacerdoti, altrimenti arrivati qua si rovinanno abbagliati dal denaro*”.<sup>58</sup>

Dom Macedo recomendava a vinda dos padres palotinos, com apoio da Santa Sé. De fato, eles já haviam vindo, em 1886, a pedido dos colonos italianos de Vale Veneto no Rio Grande do Sul.<sup>59</sup> Neste momento, muitas outras congregações religiosas europeias tanto masculinas como femininas, com o fim das restrições impostas pelo Império e não renovadas pela República, estavam vindo para o Brasil. Algumas delas foram chamadas, como os Palotinos e os Basilianos, para ocuparem-se dos imigrantes de seus países. Nenhuma delas, porém, havia sido fundada, como serão os carlistas, com o fito primeiro de dedicar-se inteiramente aos imigrantes. De modo particular, chegam ao Brasil, entre 1890 a 1899, oito novas congregações religiosas masculinas, sendo duas da Espanha, uma da França, duas da Holanda, uma da Alemanha, uma da Bélgica e outra da Ucrânia. Entre estas, estão a dos Redentoristas holandeses trazidos, em 1893, por Dom Silvério Gomes Pimenta, bispo de Mariana, para Minas Gerais e os redentoristas alemães por Dom Lino Deodato para São Paulo, em 1894; a dos Missionários Filhos do Coração Imaculado de Maria, ou mais simplesmente claretianos, vindos da Espanha para Santos – SP, em 1895; a dos Verbitas alemães, em 1895, para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; a dos Irmãos Maristas franceses, em 1897, para Minas Gerais. Os Premonstratenses belgas chegam a São Paulo, em 1896; os Basilianos vindos da Galícia Austríaca, ao Paraná, em 1896, acompanhando a imigração ucraniana para aquela região; Agostinianos Recoletos da Espanha vêm para Uberaba, MG, em 1899.

A realidade, porém, era mais complexa, como a da vinda fracionada de representantes de diferentes províncias da mesma ordem. É o caso dos capuchinhos italianos que chegam, via Bolívia, para o trabalho entre os indígenas da Amazônia brasileira, em 1869<sup>60</sup>, mas que, nos albores da república, multiplicam sua presença: em 1893, a missão da Bahia é entregue à Província Picena ou de Ancona; a missão do Maranhão à Província de Milão, em 1891; a missão de Pernambuco, entregue em 1892 à Província Milanese, passou em 1897 à Província de Nápoles; Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo foram assumidos em 1897, pela Província de Siracusa. O Rio Grande do Sul foi confiado à Província Francesa da Saboia, em 1895. Os de Trento vieram para São Paulo em 1889.

Houve ainda a recuperação de algumas das antigas ordens coloniais, na primeira década da República: as províncias franciscanas de Santo Antônio, no Norte, e da Imaculada Conceição, no Sul, são restauradas pelos franciscanos alemães da Saxônia, em 1891. A Ordem Beneditina iniciou sua restauração em 1895, por intermédio da Congregação de Beuron na Alemanha, com monges vindos de lá da Baviera, mas também da Abadia de Maredsous, uma sua filial na Bélgica.<sup>61</sup>

Os Carmelitas da Antiga Observância começaram a ser restaurados pelos Carmelitas Espanhóis em 1894.<sup>62</sup>

Estas vindas numerosas de religiosos, mesmo acompanhadas da chegada, inusitada no contexto brasileiro de até então, de ainda mais numerosas congregações femininas (98 entre 1881 e

<sup>57</sup> *ibidem*, 58

<sup>58</sup> AC - Carta de Dom Gioacchino (sic) Arcoverde a Dom Scalabrini, São Paulo, 18-02-1896

<sup>59</sup> BONFADA, Genésio, *Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886-1919: Fim da Província Americana*, Impressão Pallotti, Porto Alegre, 1991

<sup>60</sup> Cfr. BEOZZO, José Oscar, “A Igreja e os Índios: 1875-1889”, in BEOZZO, José Oscar (coordenador), *História da Igreja no Brasil*, t. II/2, Vozes, Petrópolis, 1980, pp. 296-307

<sup>61</sup> cfr. JONGMANS, Jacques, *A Reforma da Ordem Beneditina no Brasil (1890-1910)*, in AZZI, Riolando (org.), *A Vida Religiosa no Brasil – Enfoques Históricos*, CEHILA/Paulinas, São Paulo, 1983, pp. 130-150.

<sup>62</sup> Para o conjunto destas mudanças no campo dos efetivos religiosos, cfr. BEOZZO, José Oscar, “Decadência e Morte, Restauração e Multiplicação das Ordens e Congregações Religiosas no Brasil: 1870-1930”, in AZZI, o. cit., pp. 85-129

1930, sendo 16 apenas na década entre 1891 e 1900), deixaram em aberto muitos outros desafios pastorais além do trazido pelas imigrações.

Um primeiro, era o do crescimento das cidades. Já abordamos o explosivo crescimento da capital paulista, mas este se repetia por toda a parte: os portos e as capitais cresceram, com o aumento da atividade econômica e do aparato administrativo do estado republicano. Ao longo das ferrovias nas regiões cafeeiras, cresciam novas cidades, como pontos de apoio comercial e de serviços à massa de imigrantes que entravam para as fazendas de café. Esta urbanização era vista com desconfiança pelas autoridades eclesiásticas. Nas cidades que se industrializavam e São Paulo era uma delas, ao lado do Rio de Janeiro, correntes anarquistas e socialistas empalmavam as agitações operárias, carregadas de fortes tintas anticlericais herdadas dos conflitos trabalhistas dos países de origem dos imigrantes, de modo particular, Itália e Espanha, onde a Igreja era vista como uma aliada dos patrões e dos governos reacionários. Muitos destes líderes operários haviam saído diretamente das prisões para o Brasil, onde continuaram sua trajetória de lutas sociais e políticas.

Dom Macedo Costa teme as cidades e ainda olha as zonas rurais como o celeiro de vocações sacerdotais e religiosas:

*“As vocações sacerdotais não se colhem nos grandes centros de população. É um fenômeno hoje em dia comum a quase todos os países da Cristandade. Recrutam-se as boas vocações nas populações rurais, nas zonas interiores ainda mais ou menos preservadas do contágio da má civilização”.*<sup>63</sup>

Outro desafio era atender as populações isoladas do interior, cujo contato pastoral com sacerdotes era raro e intermitente, dependente de longas e penosas viagens, seja de canoa pelos rios, seja a cavalo por caminhos impraticáveis.

Na memória já citada de Dom Macedo Costa, este propõe que as dioceses fossem todas elas percorridas por missionários. Acrescentava, entretanto: *“A falta, porém, de operários evangélicos que se dediquem a trabalhar na vinha do Senhor, como também a deficiência de meios para sustentá-los, opõem grande dificuldade a tais missões.”*<sup>64</sup>

Se as missões eram, por um lado, uma esperança e um meio eficaz para se superarem velhas deficiências pastorais, elas suscitavam não poucos conflitos de jurisdição com os párocos das localidades, por onde passavam os missionários. A situação agravava-se nos lugares onde a barreira da língua, de modo particular entre imigrantes recém-chegados, tornava o trabalho do pároco praticamente impossível. Este devia fazer apelo a missionários que conhecessem a língua dos imigrantes. Na hora, porém, dos acertos sobre os direitos de estola sobre batizados e casamentos havia, não raro, desavenças. As isenções que muitos missionários recebiam e as amplas faculdades pontifícias de que vinham investidos para dispensar de impedimentos matrimoniais e outros, que nem mesmo os bispos possuíam, criavam por vezes ciúmes e incompreensões.<sup>65</sup>

Pe. Marchetti bem cedo expressa suas preocupações como missionário a Dom Scalabrini:

*“Quanto à outra delicadíssima coisa a ser combinada com os Bispos, isto é, a nossa independência em relação aos párocos nativos, em alguns lugares pode ser, em outros, não; justamente porque é uma hierarquia estabelecida e não se poderia alterá-la, senão sob o risco de esterilizar nossa Missão. Mas não faltará também lugar para os nossos Missionários, porque justo aqui estão as imensas paróquias, onde eles podem ser vigários sem a necessidade de separação. Se nós tivéssemos tantos missionários que chegasse a sobrar, então poderíamos formar também novas paróquias. Contudo, a obra mais útil dos nossos missionários me parece que é a verdadeira Missão. Partirão do Orfanato dois ou três Padres, irão a qualquer vicariato (sic), chamarão à igreja os colonos espalhados, algumas vezes, converterão o vigário, regularizarão matrimônios, batismos,*

---

<sup>63</sup> COSTA Macedo, o. cit., p. 62

<sup>64</sup> ibidem, p. 64

<sup>65</sup> Para acompanhar as intermináveis querelas e conflitos entre missionários, vigários e bispos, sirva de exemplo a odisséia dos primeiros carlistas junto aos colonos italianos do Espírito Santo: AZZI, o. cit., pp. 25-116



*cuidarão dos seus interesses materiais, levarão, se ali tiver, algum órfão e voltarão carregados de frutos, ao rumor das oficinas e ao fervor dos meus molequinhos.”*<sup>66</sup>

Uma novidade trazida pela República foi a liberdade religiosa para todos os cultos e sua equiparação perante as autoridades civis. Esta situação nova abriu livre campo para o protestantismo de missão, vindo dos Estados Unidos e já presente no país, desde meados do século XIX, ainda que em situação juridicamente diminuída<sup>67</sup>. Sente-se da parte das autoridades católicas temor perante o quadro inusitado em que à Igreja Católica haviam sido retirados privilégios e aos outros grupos religiosos oferecidas facilidades de que até então não gozavam<sup>68</sup>.

Acrescente-se a isto a nova fase republicana que abrigava em muitas de suas correntes não apenas a proposta de uma “igreja livre num estado livre” da agitação liberal, mas um laicismo militante que desembocara na laicização dos cemitérios, do ensino público, dos estabelecimentos hospitalares, das forças armadas, tornando ainda obrigatória e prévia ao casamento religioso, a união civil.

No alvorecer dos anos noventa, a igreja passava a enfrentar uma situação nova e desconhecida nos quatro séculos de sua anterior implantação no Brasil.

#### 4. CONTRIBUIÇÕES DO PE. MARCHETTI: O POBRE, O ÓRFÃO, A VIUVA

##### 4.1. A PAIXÃO PELO EMIGRANTE E O SEGREDO DE SUA VOCAÇÃO

Em meio às muitas iniciativas trazidas pelas ordens e congregações religiosas, à movimentação dos bispos nas novas e antigas dioceses, qual a contribuição específica do Pe. Marchetti e de sua vocação missionária?

Podemos dizer que uma primeira característica sua é a de *pensar no seu conjunto* a situação do imigrante:

- a) a saída do seu “paese” natal,

---

<sup>66</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 29-03-1895, p. 22. Sobre o tema das missões, a Pastoral Coletiva irá recomendá-las para todas as paróquias, mas ao tempo submetendo os missionários à autoridade dos Bispos, no que tange às faculdades que cessarão ao término da missão. Impõem também limites estritos aos missionários: “*Mandamos que os Missionários não se envolvam no serviço paroquial, salvo o caso de serem para o mesmo convidados ou rogados pelos Revds. Párcos.*” “*Proibimos que, durante as Missões, os Missionários peçam esmolas, comutem votos e promessas em dinheiro, ou em quaisquer outros donativos para obras suas.*” “*Muito recomendamos aos Revds. Missionários que não se envolvam em questões políticas e locais*”. Era uma tentativa de manter a paz entre párcos e missionários e que os primeiros não se sentissem desautorizados ou suplantados pelos missionários ou afetado nos rendimentos paroquiais. Cfr. cap. 7 – Missões, in *Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, São Paulo, Cuyabá e Porto Alegre*, Typ. Martins de Araújo, Rio de Janeiro, 1915

<sup>67</sup> Sobre o Protestantismo de Missão, veja-se o trabalho pioneiro de LÉONARD, Émile, *O Protestantismo brasileiro*, ASTE, São Paulo, 1963; REILY, Duncan, *História Documental do Protestantismo no Brasil*, ASTE, São Paulo, 1984. MENDONÇA, Antônio Gouvêa e Prócoro Velasques Filho, *Introdução ao Protestantismo no Brasil*, Loyola-Ciêncs da Religião, São Paulo, 1990; HAHN, Carl Joseph, *História do Culto Protestante no Brasil*, ASTE, São Paulo, 1989; REILY, Duncan, *História Documental do Protestantismo no Brasil*, ASTE, São Paulo, 1984. Para o protestantismo de imigração, cfr. DREHER, Martin, *Igreja e Germanidade. Estudo crítico da História da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*, Sinodal, São Leopoldo, 1984; \_\_\_\_\_ “Um esboço da História do Protestantismo no Brasil”, in BEOZZO, José Oscar (org.), *Curso de Verão – Ano III*, CESEP-Paulinas, São Paulo, 1989, pp. 101-119

<sup>68</sup> A preocupação com os protestantes é bem visível neste diálogo do Pe. Luís Lasagna, superior dos salesianos no Brasil e colonos italianos instalados ao norte da cidade de São Paulo: “*Após ter renovado minhas saudações carinhosas, perguntei-lhes logo se tinham conservado intata sua fé, se não tinham acreditado nas imposturas dos ministros protestantes que, com freqüência, aparecem entre eles para desorientá-los, se mantinham o costume da oração, se ensinavam o catecismo a seus filhos [...]*”, in AZZI, o. cit. p. 123

- b) a viagem de trem e o tempo de espera nos portos de embarque,
- c) a assistência nos navios, durante a travessia do oceano,
- d) os locais de “quarentena” ou acolhida no porto de chegada,
- e) as casas de imigrantes onde vinham os fazendeiros recrutar sua mão de obra,
- f) os colonos nas fazendas afastadas do interior,
- g) a massa anônima nas grandes cidades.

A segunda é de preocupar-se com *todos esses aspectos*, percebendo que cada um é importante, a partir do momento em que o emigrante é, ainda em seu próprio país, desenraizado do seu torrão natal, das suas relações familiares e de vizinhança, de sua paróquia e do seu “campanile”, símbolo de sua comunidade cristã.

O terceiro e mais importante é que entre *pensar e fazer*, não havia praticamente distância para o Pe. Marchetti. Possuía uma inteligência prática, ou melhor, movida pelo coração e pela compaixão, que punham imediatamente em ação o melhor de si mesmo e de suas forças, para encontrar uma ajuda, uma solução para os problemas humanos com que se deparava.

Uma quarta característica era sua capacidade de devotar total atenção a um caso *particular*, mas de pensar e procurar, ao mesmo tempo, uma solução mais abrangente e duradoura, de caráter *institucional*, para os sofrimentos e problemas com que se deparava.

Uma quinta era a de combinar a atenção aos *recursos materiais* necessários para a instituição, locais, dinheiro, relações, ao *espírito* que deveria animar o empreendimento, com o empenho em *suscitar vocações*, cuidando destas pessoas e de sua *formação*, num contexto *comunitário* e de *entrega* por inteiro, à obra a ser realizada.

Mas o segredo profundo de sua vida estava na sua compaixão pelos desamparados: o pobre, o órfão e a viúva, a trilogia clássica dos profetas acerca da religião pura e agradável a Deus<sup>69</sup>. Sua dor e abandono o interpelavam pessoalmente e daí a lista interminável de coisas que queria fazer, à medida em que entrava em contato com mais e mais sofrimentos humanos. Sua primeira reação não é a revolta, mas a compaixão, não é a fuga, mas o compromisso e uma extraordinária inteligência, para entrever saídas, acompanhada de uma entrega total para torná-las palpáveis e concretas, efetivas e duradouras.

Esta intuição está vazada na fórmula dos votos perpétuos dos membros da congregação carlista, que ele redige:

*“Assim, pelo voto da Caridade, anteporei em tudo o próximo a mim mesmo, aos meus prazeres, à minha saúde, à minha vida”*.<sup>70</sup>

E mais, concretamente, ele entrevê que forma de “martíria”, isto é, de testemunho e de entrega lhe é pedida: *“De resto, eis-me pronto para morrer. Desejei tantas vezes o martírio, se em vez do martírio de sangue, tenho a graça de encontrar o martírio nas fadigas apostólicas, considerar-me-ei feliz”*<sup>71</sup>.

Valha, entretanto, como exemplo da sua presteza em ver um problema e vislumbrar uma saída o que sucedeu à sua chegada ao porto do Rio de Janeiro e ao seu primeiro contato com a hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores. Ao se deparar com as condições da hospedaria, corre imediatamente ao cônsul da Itália, apresentando-lhe um plano de acolhida e atendimento aos imigrantes:

*“All’Ilha das Flores, davanti a Rio de Janeiro, dove sostò due giorni, vide con i suoi occhi le scene, che aveva sentito descrivere dalla voce fremente di Mons. Scalabrini: la triste accoglienza riservata agli emigrati nelle hospedarias, specie di baracconi nei quali i nuovi arrivati*

<sup>69</sup> “[...] aprendam a fazer o bem: busquem o direito, socorram o oprimido, façam justiça ao órfão, defendam a causa da viúva” (Is. 1, 17).

<sup>70</sup> BONDI, o. cit. p. 60

<sup>71</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo, 12-12-95, p. 38

dovevano sostare per un periodo più o meno longo, finché não venivano i fazendeiros a ‘contratarli’ per plantações de café: cibo insuficiente, per letto il legno del pavimento, il tormento degli insetti, i disagi della promiscuidade nei camerões comuns.

*Reazione tipica del Marchetti: non perdere tempo, correre subito ai rimedi, fare qualcosa, non si può continuare così... Há já assimilato la mentalità caratteristica del Fondatore: ‘Noi lavoriamo: Dio farà’. Corre immediatamente dal console Generale d’Italia e gli espone un piano: fondare all’Ilha das Flores, a Santos e a San Paulo, i tre punti strategici dell’immigrazione, tre ‘case d’emigrati’, secondo l’idea di Padre Maldotti<sup>72</sup>: ‘Io ci vorrei un missionario che allontanasse, boicottasse i pessimi fazendeiros, che si fossero resi indegni d’aver coloni per la loro condotta tirannica e immorale... Potrebbe averci, anche là dentro, un ufficio di informazioni, coadiuvato da confratelli che scorrazzano da apostoli le fazende...’<sup>73</sup>*

Foi sua experiência, recém nomeado para sua paróquia, de acompanhar, de trem, até o porto de Gênova, em fins de setembro de 1894, quase metade dos seus paroquianos, 75 dos 210 que compunham a população da aldeia de Compignano, que o fez tomar consciência do drama humano da emigração que brotava da fome e da falta de perspectivas de sobrevivência.

Em Gênova, ao entrar o trem na estação, deu de frente com a chusma de aproveitadores que assaltavam os recém-chegados:

*“Sapeva a quale sorte erano destinati gli emigranti inesperti e senza guida: succhiati fino all’ultima goccia di sangue da agenti e subagenti di emigrazione, dai fattorini del porto, dai gestori delle locande, dagli agenti di cambio”.*<sup>74</sup>

No momento das despedidas, a um aceno e convite do capitão do navio, se tivesse passaporte e licença do bispo, já teria embarcado, naquela mesma hora, junto com seus paroquianos, como capelão de bordo. Quinze dias depois, a 14 de outubro de 1894, tendo passado pelo bispo Scalabrini de Piacenza, recebido a licença do seu bispo de Lucca e a bênção da Papa, estava embarcando para o Brasil, no vapor Maranhão, como capelão de 1.500 emigrantes.

Fez ali na travessia, a experiência do que podia aportar um sacerdote àquela turba multa de gente desenraizada, mas com os olhos esperançosos numa América mais de sonhos do que de realidade:

*“Durante la traversata si dedicò senza risparmio al nuovo genere di apostolato: preparò alla prima comunione una cinquantina de emigranti, fra ragazzi e adulti, predicò, confessò, fece da paciere nelle liti, che scoppiavano spesso in quel’ammassamento disumano, regolarizzò matrimoni, trasformò il viaggio in una missione popolare”.*<sup>75</sup>

#### 4.2. A ORFANADE DOS PEQUENOS

Seu sonho de transformar-se em capelão dos navios de emigrantes e mesmo de organizar, nos portos, postos de acolhida com um mínimo de humanidade e decência, foi atropelado por uma necessidade mais imediata. Na sua segunda viagem, desce no porto do Rio de Janeiro, com um recém-nascido nos braços a cuja mãe moribunda prometera que o assumiria e dele cuidaria.

A dificuldade em encontrar quem recebesse o bebê, fá-lo pensar num orfanato para as crianças que perdiam os pais na travessia ou em terra estrangeira longe dos seus. Começa ali o sonho e a porfia pela construção do Orfanato para meninos e, logo em seguida, para meninas, aos quais vai dedicar

<sup>72</sup> Pe. Pietro Maldotti, um padre scalabriniano, havia organizado no porto de Gênova, junto ao Oratório de San Giovanni di Prè, uma pequena casa de acolhida, de apoio e de hospedagem para os que partiam. Cfr. FRANCESCONI, o. cit. p. 19

<sup>73</sup> ibidem, p. 22-23

<sup>74</sup> FRANCESCONI, o. cit. , pp. 16-17

<sup>75</sup> ibidem, p. 22

boa parte dos seus esforços nos meses seguintes à esta sua segunda e definitiva viagem ao Brasil, onde desembarcou a 26 de dezembro de 1894.

Em carta a Scalabrini de 31 de janeiro de 1895, apenas um mês após sua chegada, já dá conta das paredes do orfanato que estão subindo:

*“A idéia [...] do orfanato agradou a todos: ao Bispo, ao Cônsul, etc. O Bispo me deu um lugar para a construção, por sinal adequado e muito valorizado. É uma colina na extremidade da cidade de São Paulo e é apropriado para a casa, para um bonito jardim, para tudo. Deo gratias! Exatamente como eu tinha sonhado. Além disso, outorgou-me o patrimônio de uma capela com a casa ali, no mesmo lugar, para a residência de um missionário que oriente todo o trabalho e que servirá muito bem de abrigo aos demais missionários. É uma beleza! Deus queria o Orfanato; eu o vejo, sinto e conheço. Deo gratias! Formei um comitê de senhoras, nomeando como presidente a esposa do Cônsul, a Condessa Brichanteau. Faço ali algumas conferências e elas choram diante de certos quadros que descrevo! E o dinheiro não me falta. Eu bato às portas, peço, trabalho, prego, confesso, exorto, mas estou sozinho a messe é imensa. Se a visse! As paredes crescem: em dois meses, espero, estará pronto o reboco. A Providência, portanto, quis coroar as minhas esperanças, os meus votos e, talvez, também os seus. Emigrantes! Órfãos! Tudo providenciado”.*<sup>76</sup>

#### 4. 3. A CIDADE: UM MUNDO A CONQUISTAR E A CURAR

Um traço marcante de Marchetti é seu otimismo esperançoso: da cidade, onde Dom Macedo só enxergava descristianização e males, ele espera arrancar vocações; dos meninos de rua cujo único destino parecia ser a cadeia, ele espera arrancar apóstolos e novos missionários:

*“Aqui na cidade, já conheço 250 jovens italianos de rua. O governo queria construir uma espécie de cadeia para eles, e Jesus, em vez, me inspirou a recolhê-los à sombra do Santuário... Que belas Comunhões, que mudanças de vida! Que prazer ao Coração de Jesus! Sinto-me tão alegre e contente que fico fora de mim”.*<sup>77</sup>

Na carta seguinte, já dá conta de dois jovens que começam noviciado e estudos para se tornarem missionários e de duas juvenzinhas que dão os primeiros passos na vida religiosa:

*“Quanto à nossa residência aqui, a providência do Senhor foi sem limites, porque não temos uma igreja com dois quatinhos, mas dois grandes orfanatos, com duas belas igrejinhas independentes, onde nós podemos retemperar o espírito, educar para a missão os pequenos órfãos que Deus chama ao sacerdócio e também os filhos do Emigrantes, os quais, mesmo não sendo órfãos, sentem-se vocacionados.*

*[...] O noviciado, como digo, já o comeci e tenho dois jovens: um romano e um de Spezia. O primeiro, conheci-o em Roma, gosto dele, fi-lo vir e até agora não me enganei; o segundo é filho do meu mestre de obras, o qual, depois de ter passado a infância entre meninos abandonados da cidade, encontrou, no Oceano, o Senhor, que lhe tocou o coração.*

<sup>76</sup> Carta de G. Marchetti a J. B. Scalabrini, São Paulo, 31-01-1895, p. 14-15

<sup>77</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 10-03-1894, p. 18

[...] *Duas juvenzinhas que se tornarão mais tarde Colombinianas, como lhe disse, estão sendo formadas no espírito com as Irmãs Salesianas numa pequena casa que me foi dada por D. Veridiana.*<sup>78</sup> *Assim se manifesta a obra da Providência. Deo gratias*".<sup>79</sup>

Concluimos este excuro sobre a o mundo urbano, com a percepção certa que o Pe. Marchetti tem do ambiente em que se desenrola o seu apostolado numa cidade cosmopolita como São Paulo. O seu ideal de cuidar dos imigrantes italianos alarga-se imediatamente. Começa com um comitê de senhoras, para auxiliá-lo na coleta de fundos para o Orfanato em construção, cuja presidente é a senhora do Cônsul da Itália.<sup>80</sup> Alguns meses depois muda de estratégia e seu comitê se alarga, incluindo senhoras de outras nacionalidades:

*“Além disso, formei um comitê de senhoras italianas, brasileiras, alemãs, portuguesas e espanholas. Dei-lhes algumas listas e lhes confiei o acabamento do Orfanato das Meninas. São vinte senhoras”.*<sup>81</sup>

De início, também os órfãos aos quais se destina a obra são italianos. Mas bem depressa batem à sua porta pedidos por órfãos de outras nacionalidades, como este em favor de um órfão espanhol: *“Antes mesmo de visitar o Asilo Cristoval (sic) Colombo, venho vater-lhe (sic, no lugar de bater-lhe, na clássica dificuldade da língua castelhana de distinguir entre o “b” e o “v”) à porta pedindo hospitalidade e agasalho para o menor Andres Garrido Sanches, filho de uma pobre viuva que luta com dificuldades*<sup>82</sup>

Começam, em seguida, a entrar de todas as nacionalidades. No esboço de regimento e programa do seu orfanato que Pe. Marchetti batiza um pouco pomposamente, mas com veracidade de “Orphelinato de Artes e Offícios ‘Christovam Colombo’, Seção dos Meninos na Villa Prudente de Moraes e das Meninas no Ypiranga”, já consta do regulamento que *“Não serão recusados órfãos de outras procedências (leia-se, não italianos), assim como os que não sendo órfãos, mas largados à vagabundagem, forem remetidos pelas autoridades competentes”*<sup>83</sup>. Com esta cláusula, Pe. Marchetti captava a benevolência das diferentes colônias de estrangeiros e das autoridades locais que podiam encontrar um destino para a infância abandonada da cidade. Isto vai se refletir, de imediato, nos apoios que acodem, então, de todas as partes:

*“De fato, para manter os órfãos, recebo uma verba do Governo Brasileiro, uma do Governo Italiano, uma do Governo Alemão, uma do Governo Espanhol, uma do Governo Português, porque, para não suscitar particularidades, fiz as coisas, em geral, pelos Órfãos dos Imigrantes.”* (tradução do autor do original)<sup>84</sup>

Se aparecem muitas contribuições, chegam também cobranças, como a da Baronesa de Dourados, que escreve de sua Fazenda Babylonia, pedindo que receba em São Paulo uma colona viúva, com seus filhos, e que arrume passagens para seu repatriamento para a Genova, mas sem colocar recursos da própria fazenda. A própria colona, acompanhada dos filhos é a portadora da

<sup>78</sup> Trata-se de Dona Veridiana Prado, casada com o fazendeiro Martinho Prado, em cuja casa, o salão mais prestigiado para encontros e saraus, reuniam-se literatos e a elite da cidade. Por outro lado, destacou-se como grande benemerita de obras sociais e caritativas. Muito lhe devem a Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, o Liceu Sagrado Coração de Jesus dos Salesianos e o Orfanato do Pe. Marchetti, entre outras instituições. Sobre ela e Pe. Marchetti, escreve Francesconi: *“Quante volte ha bussato invano al portone della baronessa Veridiana Prado: ma la prima a stancarsi è la nobile donna, che concede finalmente udienza all’importuno mendicante, decisa a por termine alla seccatura. Alla fine del colloquio, iniziato com sostenutezza, se non com disprezzo, gli dona tutto il legname occorrente alla costruzione dell’orfanotrofio, e poi quasi si giustifica com gli altri, esclamando: ‘Quel sacerdote porta scolpite nel volto le bellezze delle virtù divine’.*” apud FRANCESCONI, Mario, *“Come una meteora” – Padre Giuseppe Marchetti (1869-1896)*, Centro Missionario Scalabriniano, Piacenza, 1969, p. 40-41

<sup>79</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 29-03-1894, p. 22

<sup>80</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 31-01-1895, p. 14

<sup>81</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 29-03-1895, p. 24

<sup>82</sup> Carta do Vice-Consul da Espanha ao Pe. Marchetti, São Paulo 30-01-1896.

Meses depois chega outro pedido do mesmo Vice-Consulado: *“Peço encarecidamente a V. Reverência, sirva-se acolher n’esse Orphanato ao pequeno Adolfo Diaz de idade de sete annos, filho de José Diaz e Flora Velasco, cazal hespanhol de boa conducta”.* Carta do Senador G. Teixeira de Carvalho – Viceconsul de Hespanha (sic) ao Diretor do Orphanato Cristovão Colombo – Pe. José Marchetti, São Paulo, 10-04-1896

<sup>83</sup> AC – Programma do Orphelinato de Artes e Offícios “Christovam Colombo” – Cláusula 13<sup>a</sup>

<sup>84</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 10-03-1895, p. 19

carta!<sup>85</sup> Marchetti faz o que pode. Sem poder precisar, pela documentação, se se trata da mesma viúva ou de outra, ele se oferece para contribuir com a metade da passagem e solicita à Banca Veneta Popolare de Ribeirão Preto que a ajude com a outra metade., recebendo resposta positiva, com a confissão de que um banqueiro “não está tão familiarizado com a caridade como o padre”!<sup>86</sup>

O pedido revela um lado, pouco investigado nos estudos sobre a imigração, o dos retornos forçados por desgraças familiares, como a da viuvez ou a das enfermidades; por saudades dos que ficaram e da terra natal, a célebre “malinconia” do emigrante; por inadaptação ao clima tropical e à dureza do trabalho agrícola na fazenda de café; por desencanto com os poucos ganhos que se obtinham ou pelo peso de dívidas contraídas com o fazendeiro; por desastres econômicos, como em anos de geadas, queda dos preços do café ou de recessão, seguida de quebra entre os fazendeiros, o que lançava ao desemprego milhares de colonos.

Zuleika Alvim analisa estes retornos, cujas cifras são muito altas, como estratégia de resistência dos colonos às quebras de contratos e promessas, assim como às duras e, muitas vezes, injustas condições de trabalho. Segundo Alvim, dos 1.383.756 italianos que entraram para o Brasil entre 1870 e 1920, 965.000 foram para o café em São Paulo, ou seja 70% do total. Calcula-se que 510.000 voltaram para a Itália no mesmo período, dos quais, perto de 400.000 abandonaram as fazendas de café em São Paulo, fazendo com que houvesse anos em que os retornos superassem as entradas de novos imigrantes.<sup>87</sup>

Ao Pe. Marchetti tocou-lhe também lidar com este outro lado da imigração e socorrer famílias no desamparo que desejavam ou necessitavam retornar ao torrão natal.

A cidade, enfim, exige qualificação e formação para o seu mundo do trabalho e é para ela que Marchetti prepara os seus órfãos e órfãs. Pensa o seu orfanato, como um espaço de formação e qualificação para o trabalho, tanto para os meninos como para as meninas. Batiza-o como Orfanato de “Artes e Ofícios” e está sempre imaginando novas oficinas que possam ampliar e diversificar os ramos de aprendizado, produzindo ao mesmo tempo alguma renda para a casa.

*“Estou tratando da implantação da tipografia. Solicito que me ajude a entrar em contato com algum periódico”<sup>88</sup>*

Noutra passagem, escreve:

*“As oficinas começam a funcionar. Os débitos deixam de existir [...]”<sup>89</sup>*

Mas ele cuida também da formação para a sensibilidade e a arte:

*“Dentro de poucos dias receberei de Verona os instrumentos para a Banda C. Colombo, composta por nossos órfãosinhos”.<sup>90</sup>*

Sua padaria começa a funcionar como uma verdadeira “fábrica”, provendo o Orfanato e vendendo para fora:

---

<sup>85</sup> “Tenho a honra de lembrar à S. S. (Sua Senhoria ?) que no fim de julho p.p. quando angariou na minha fazenda as subscrições para sua obra, prometeu à uma viúva de colono desta fazenda, de rapatriar (sic) ella e os filhos, depois de terminada a colheita. Portadora desta carta, a viúva Monte-Eduardo segue para São Paulo com seus filhos e vai pedir a V. R. a passagem até Genova. Agradecendo desde já à S. S. o que fizer por esta colona, subscrevo-me [...] Carta de José Luiz d’Al<sup>a</sup> Borges, em nome da Baroneza de Dourados, Fazenda Babylonia, 08-09-1896.

<sup>86</sup> “Quella povera vedova che deve ritornarsene in Italia e di cui gentilmente e caritatevolmente faceste l’offerta della metà delle spese che le occorrono per ridursi in patria, à la portatrice della presente. Noi le abbiamo rilasciato un ordine su i Signori Crestal & Marini per Rs. 50\$000 che avrete la compiacenza di farle ritirare non essendo lei stessa capace alla bisogna. A voi, o egregio Padre, che la carità è più familiare che a noi, non mancheranno i mezzi per rendere maggiori i benefizi, vi preghiamo fargli ottenere il biglietto di passaggio per il vapore “Minas” e l’occorrente perchè potesse recarsi a Torino.” Carta do Procurador da Banca Veneta Popolare, J. Ardine C. ao Pe. Marchetti, Ribeirão Preto, 04-11-1896

<sup>87</sup> Cfr. ALVIM, Zuleika M. F., p. ., *Brava gente! Os italianos em São Paulo (1870-1920)*, Brasiliense, 1986, de modo particular o capítulo “A resistência do dia a dia”, pp. 115-177.

<sup>88</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo 25-03-1896, p. 52

<sup>89</sup> ibidem, p. 52

<sup>90</sup> ibidem, p. 52

*“Quanto ao pão, já tenho oitenta quilos por dia, porque contratei dois padeiros, aluguei um forno, faço amassar de trezentos a quatrocentos quilos por dia, dos quais 100 quilos vão para a Santa Casa de Misericórdia, 100 para o Seminário-Colégio, 50 para o Asilo e o restante para nós. O que se ganha, dá para pagar os empregados e o pão que comemos”.<sup>91</sup>*

Mas os planos do Pe. Marchetti não param por aí:

*“Pensarei também num modo de tirar gratuitamente o couro para fazer sapatos, etc.”<sup>92</sup>.”*

Imagina também as meninas preparadas para as artes domésticas, mas também como professoras, enfermeiras, costureiras, bordadeiras.

#### 4.4. AS FAZENDAS: UM MUNDO A VISITAR

Ele vai ocupar-se de um lado dos imigrantes no mundo urbano, na cidade de São Paulo e de outro dos imigrantes no mundo rural: os colonos das fazendas de café do interior paulista, mas não das colônias italianas do Sul, atendidas pelos jesuítas italianos e depois pelos capuchinhos franceses, os palotinos e finalmente os escalabrinianos, a partir do Pe. Domenico Vicentini.

A palavra “colono” aplicada tanto para o imigrante que vai para as “colônias” das fazendas de café, quanto para o que se instala numa “colônia” de pequenos proprietários, pode confundir, pois embora idênticas, dizem respeito a realidades bem distintas. Há uma radical diferença entre o “colono” que recebe um lote de terra, no âmbito de uma “colônia”, isto é, de um espaço articulado com outros pequenos proprietários, formando uma unidade que partindo de uma estrada que corta o espigão, serve aos lotes dos dois lados da mesma. Do alto da estrada os lotes derivam à esquerda e à direita, até alcançarem, na baixada, um córrego que permita prover de água as propriedades cortadas perpendicularmente ao seu curso. Os “colonos” destas “colônias” são proprietários de seus lotes coloniais, geralmente nos estados do sul do país. De outro lado, o “colono” que mora na “colônia” da fazenda de café, vive e trabalha em terra alheia e com um contrato de prestação de serviço, remunerado, parte em espécie e parte em salário. Sua vida religiosa coletiva é também controlada e ritmada pelo dono da fazenda.<sup>93</sup>

Marchetti vai viajar pelas fazendas de café buscando prestar assistência religiosa e humana aos colonos imigrantes ali instalados.

Sobre eles escreve com certa angústia depois de haver resolvido o problema dos órfãos na cidade de São Paulo: *“Mas os pobres moribundos, os pobres italianos doentes, abandonados lá nas fazendas!”<sup>94</sup>*

Sua situação é inversa à das fundações escalabrinianas no Rio Grande do Sul, entre os imigrantes italianos das colônias da serra gaúcha. Para ali, os missionários foram chamados pelos próprios colonos, donos de seus pequenos lotes de terra e de seu próprio nariz e destino. Pe. Marchetti vai enfrentar duas realidades bem distintas desta anterior: a do imigrante na cidade e a do imigrante como “colono” sem terra nas fazendas de café.

Enquanto as colônias do sul, permitiam uma iniciativa do próprio imigrante e os núcleos destes pequenos proprietários juntava uma população bastante homogênea, vinda de um mesmo lugar ou

---

<sup>91</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo 12-10-1896, p. 54

<sup>92</sup> *ibidem*, p. 54

<sup>93</sup> *“Nós missionários somos bem recebidos e ajudados por aqueles proprietários bons e piedosos, e estes tratam bem os seus colonos. Os fazendeiros que deixam a desejar, ou que não pagam, ou que maltratam seus colonos, mantêm as portas fechadas, e não permitem portanto aos pobres missionários de aliviar pelo menos o espírito desses trabalhadores maltratados”*. Carta de Faustino Consoni a J.B. Scalabrini, 10-02-1902 – Arquivo Geral da Congregação Escalabriniana, Roma, citado por AZZI, o.cit. vol. I, p. 190, nota 99

<sup>94</sup> Carta de J. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 31-01-95, p. 15

pelo menos província, permitindo quase uma recriação da pátria que haviam deixado, a fazenda de café era um cadinho de raças e línguas, fazendo com que bem depressa o português e não mais um dialeto italiano, fosse a língua veicular de todos. Mais de cem anos depois, em muitas colônias gaúchas, as famílias continuam falando o veneto de bisavós e tataravós, enquanto a segunda, quando não a primeira geração da fazenda de café já tendia a perder sua identidade lingüística e suas raízes culturais.

Para a tradição religiosa, a experiência era a mesma: nas “colônias” de pequenos proprietários do sul, havia a possibilidade de iniciativas, como a dos imigrantes de município de Alfredo Chaves, que pediram com insistência a Scalabrini para que enviasse um missionário para sua colônia. Assim, em 1896, o Pe. Domenico Vicentini tomava posse na paróquia de Encantado.

Na fazenda de café, a capela pertencia ao fazendeiro e não aos colonos e só com sua autorização podiam os imigrantes receber um atendimento religioso sempre precário e transitório, à passagem de um missionário ou mesmo do pároco da cidade mais próxima. Ao contrário da homogeneidade cultural e religiosa da “colônia” dos imigrantes com terra, a “colônia” da fazenda de café era o retrato da própria diversidade. Enquanto as “colônias” do sul recebiam sugestivamente os nomes das terras de origem: Nova Bassano (Bassano del Grapa na província de Vicenza), Nova Brescia, Nova Milano, e assim por diante, as fazendas guardam os nomes portugueses e acolhem no mesmo lugar imigrantes italianos, espanhóis, alemães, austríacos e mais tarde japoneses

Em visita à Fazenda Santa Veridiana, em 1892, relata um viajante, os sentimentos dos colonos: “[...] só de uma coisa se lamentava aquela brava gente, especialmente as mulheres e os velhos: a fazenda era provida de um farmacêutico que ocupava também o lugar de médico, tinha uma fanfarra com dirigente e tudo, era vizinha à estação [de trem] e tinha uma espécie de bar, onde se podia beber boa pinga, cerveja razoável e vinho horroroso, mas para a saúde da alma, quase nada. Existia uma espécie de barracão com um altar que servia provisoriamente de oratório, mas o padre estava longe e só vinha uma vez por semana e às vezes nem isso. Muito pouco! Exclamavam as mulheres e os velhos. E se alguém fica doente e morre, quem nos confessará e recomendará nossa alma ao Senhor? Além disso, se alguém morre, deve ser sepultado como vão, como tantos renegados!”<sup>95</sup>

“Muito pouco” em termos de assistência religiosa, reclamavam os imigrantes da Fazenda Santa Veridiana. Na realidade, esta situação era excepcional. O normal, em outras fazendas, é que passasse o padre, a cada dois ou três meses e, até mesmo, uma única vez por ano.

Um outro observador de passagem por uma fazenda de café anotava:

“É curiosa a forma de os colonos justificarem a falta para com certos deveres. Quando se reprovava às mães que se esqueciam de instruir normalmente os seus filhos nos preceitos religiosos [...], elas respondiam que se encontravam numa terra de loucos e que os filhos não poderiam aprender nada sobre os ensinamentos religiosos, porque, por mais que tentassem lhes explicar qualquer coisa neste sentido [...], a ausência de padres e de igrejas impedia as crianças de terem qualquer noção religiosa”<sup>96</sup>.

Cumprir notar que os colonos pequenos proprietários em terras do sul do país, não tinham também, de início, nem padre, nem igreja, mas vivendo outra situação e não na “terra de loucos”, como era a fazenda de café para o imigrante, encontravam saídas, por sua própria conta, edificando rapidamente uma capelinha, em torno da qual se desenvolviam espaços de lazer e educação: campo de “boccia”, escola, barracas para festas e quermesses. Ao acicate de uma situação imprevista, como a morte de um companheiro e diante da necessidade de encomendá-lo, antes de sepultá-lo, ali mesmo na mata, onde abriam seu lote, apressavam-se a procurar um entre eles que soubesse ler e fosse mais chegado às coisas de Deus, para suplicar-lhe: “Fai tu il prete”. Constituíam, assim, os seus padres

<sup>95</sup> GROSSI, V., “Gli italiani a San Paolo” in Nuova Antologia, Roma LXV (XVIII): set. 1896, p. 247-8, apud , *Brava Gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*, Brasiliense, 1986, Zuleika, o. cit., p. 164

<sup>96</sup> Ibidem, cit. p. 165



“leigos” que assumiam o cuidado da vida religiosa, moviam-se para construir a capela e fazer dela o centro da vida da nascente comunidade.<sup>97</sup>

Galioto sintetiza os traços da vida religiosa inserida na realidade das colônias de pequenos proprietários com sua capela e a função social distinta das capelinhas construídas pelos fazendeiros das estâncias gaúchas:

*“1. Foram os proprietários das fazendas e os latifundiários que construíram as igrejas.*

*2. Eram mantidas às custas da fazenda e mantidas em ordem graças aos cuidados das esposas dos fazendeiros.*

*3. Os lavradores, sempre assalariados, eram convidados apenas para a missa, os batizados e casamentos, mas nada faziam pela sua organização, construção e manutenção: eram elementos apenas passivos.*

*4. Não se tornaram lugares da socialização (da comunidade), e a igreja foi usada exclusivamente para o culto, enquanto a vida social existente acontecia em volta da sede da fazenda.*

*Nas nossas capelas (das colônias de imigrantes), o processo foi inverso*

*“1. Os próprios colonos sentiram a necessidade de ter uma capela e se organizaram como um grupo dirigente à frente de tudo e todos, de um modo ou de outro, colaboravam para sua construção.*

*2. Os colonos deram a uma pessoa o encargo de ocupar-se da capela e todos colaboravam para a manutenção e para as reformas.*

*3. As capelas não tiveram uma função unicamente litúrgica ou de culto e tornaram-se centros de vida social e cultural, a tal ponto que o termo “capela” deixou de significar apenas igreja (templo), para significar:*

- a) Igreja*
- b) Cemitério,*
- c) Escola,*
- d) Salão de festas,*
- e) campo esportivo.*

*Ainda hoje conserva um significado mais amplo. Capela, para muitos, é a igreja com os anexos já citados acima, compreende as famílias associadas, a região geográfica em que residem essas famílias”<sup>98</sup>*

Pe. Marchetti toma nitidamente posição em favor de se concentrar a atuação dos escalabrinianos no desafio maior constituído pelas fazendas de café do interior de São Paulo, criando equipes volantes de missionários em vez de colocá-los como párocos fixos nas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul. Escreve, neste sentido, para Scalabrini:

*“A minha Missão está quase cumprida, o que tenho a dizer é que se os nossos Padres não forem dois para o Paraná, quatro para o Rio de Janeiro, quatro para São Paulo, dois para Santa Catarina, etc. não concluiremos nada. Parece-me que se deva começar por suprir uma província, depois, se o Senhor manda apóstolos, armar as nossas tendas numa outra e assim poderemos fazer o bem. Mas se um vai como pároco de cá, outro de lá, como digo, não se conclui nada. Perceberão as vantagens essa ou aquela colônia que terá a sorte de possuir um padre missionário, mas as outras definirão como de costume. Pelo contrário, quando em cada província tivermos uma casa-mãe, onde poderão ficar 10 ou 12 padres, esses bastarão para acudir os interesses materiais e espirituais*

<sup>97</sup> ZAGONEL, Carlos Albino, *Igreja e Imigração Italiana – Capuchinhos de Sabóia, um contributo para a Igreja do Rio Grande do Sul (1895-1915)*, Sulina, Porto Alegre, 1975, pp. 55-56

<sup>98</sup> GALIOTO A., “As nossas capelas”, in *Enfoque*, n.º 20, Bento Gonçalves, citado pro DE BONI, Luiz A. e Rovílio Costa, *Euroamericani – La popolazione di origine italiana in Brasile*, Fondazione Giovanni Agnelli, Torino, 1987, vol. III, pp. 64-65, nota 6 (tradução do autor)

*dos colonos italianos. Poderão ir, dois a dois, às colônias e fazendas, demorar ali 10 ou 15 dias, despertar a fé, purificar as consciências, plantar Cruzes, em suma, realizar as Missões como fazem, na nossa terra. Os zelosos Missionários de São Paulo da Cruz, etc. Isso, porém não exclui que alguns, dois a dois, possam ser enviados como párocos, especialmente nas grandes colônias, de modo particular naquelas próximas às cidades, onde a Maçonaria causa males imensos. Direi mais: que nos últimos tempos houve um despertar, também no clero brasileiro, no Seminário, de misto que eram, foram separados, como na Itália, postos gratuitos em abundância. As vocações começaram a ser numerosas. Ora, é natural que as paróquias sejam reservadas ao clero nativo. Neste ano, em São Paulo, criaram uma quantidade incrível de novos párocos. Todavia, o bispo me disse que seriam necessários, quem dera 100 Missionários dos nossos para pregar Missões aos italianos, Quaresmais na cidade e para cobrir certas vastíssimas colônias, onde o contingente é todo italiano”.*<sup>99</sup>

Nesta carta, Pe. Marchetti contempla ainda as duas modalidades de trabalho para os escalabrinianos: a do missionário itinerante e a do pároco fixo nas grandes colônias. Mais adiante, porém, retorna à sua insistência acerca da prioridade missionária, com um juízo severo sobre as paróquias:

*“A necessidade mais imperiosa da nossa Missão é aqui em São Paulo. Um padre aqui e outro acolá não fazem nada. Como não teriam feito nada os Jesuítas, os Salesianos, os Capuchinhos, etc. As paróquias são o túmulo do espírito da nossa Congregação.”*<sup>100</sup>

No mesmo tom, escreve Pe. Marchetti, em janeiro de 1896, da cidade de Brodosqui, situada na Mogiana, vizinha a Ribeirão Preto, onde se encontravam as mais florescentes plantações de café:

*“Estive fazendo missão pelo interior do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo fazia propaganda da obra. O Senhor abençoou as minhas fadigas, a Ele toda gratidão.*

*Que pena, porém! Eu estou aqui, nesses imensos cafezais, onde estão espalhados tantos milhares de colonos, e nossas Irmãs e os nossos órfãos não têm o Padre, não têm a Santa Missa. As Esposas de Jesus não podem se unir a Ele porque falta o ministro. Se eu não tivesse essa amargura, estaria felicíssimo. Espero, no entanto que, o quanto antes, V. Ex.<sup>a</sup> Ilma. e Revma., meditando o caso, enviará um Padre. Não o envie para cá ou para lá, perdido numa colônia. Reunamos todos juntos, formaremos um corpo moral, de onde emergirá força moral e física. Entendo que centenas de colônias teriam necessidade de vigário, mas exatamente porque são muitas, não faremos nada, nunca. Por isso, quantos Padres se formem, quantos venham para São Paulo”.*<sup>101</sup>

A insistência no trabalho missionário em contraposição ao trabalho paroquial, torna-se, para ele, quase uma obsessão:

*“Existimos para fazer o bem verdadeiro às almas e isso acontece somente com as missões e não com a disputa entre agentes. Quando formos uma corporação, bastará uma palavra, uma carta para fazer respeitar nossos colonos e os interesses deles. Se nós continuarmos indo de cá e de lá como vigários, faremos como fazem os párocos na Itália, isto é, conseguiremos poucas conversões e o nome dos Missionários será esvaziado.”*<sup>102</sup>

Sente que seu tom se torna impertinente e por isso conclui:

*“Não falo mais nada. V. Ex.<sup>a</sup> Ilma. e Revma. compreende e isto basta.”*<sup>103</sup>

Mas como não é homem de desistir de suas idéias, em carta posterior a Scalabrini, não deixa de exprimir sua decepção de que suas prioridades não sejam as prioridades da congregação e de todos os seus membros:

*“O Pe. Vicentini [...] vai para a fazenda e, em São Paulo, temos 2.245 fazendas importantes, que poderiam ser socorridas todas em um ano, se fôssemos ao menos seis. Fiat voluntas tua! Até que o bom Jesus quiser me afligir, estarei sobre a Cruz, recordando que só pelo Calvário se sobe ao Céu.*

<sup>99</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 14-06-1895, p. 34

<sup>100</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 12-01-1896, p. 43

<sup>101</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, Brodosqui, 31-01-1896, p. 52

<sup>102</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 31-01-1896, p. 46

<sup>103</sup> ibidem, p. 46

*Porém, não deixarei jamais de reafirmar que nós faremos sempre furos na água, até que não sejamos Missionários de verdade. E o que me desagrada é que a nossa Congregação não formará nunca um corpo moral que se imponha e que frutifique.”*<sup>104</sup>

#### 4.5. O MUNDO FEMININO: ACUDIR E SER ACUDIDO

Podemos distinguir no mundo feminino com que entra em contato Pe. Marchetti, o seu círculo familiar, onde se destacam sua mãe Carolina e sua irmã Assunta; o mundo das que ele pensa em acudir, onde estão órfãs, mães, viúvas; o mundo das benfeitoras, senhoras às quais confia o esforço de levantar os fundos para a construção e manutenção dos orfanatos dos meninos e das meninas e finalmente o círculo das colaboradoras mais estreitas, as suas “colombinianas”, que de início existem só nos seus sonhos e que se transformam em juvenzinhas postulantes antes mesmo que existisse a congregação, em “damas da caridade”, em “Servas dos Órfãos e Abandonados”.

O que mudou o rumo da vida de Marchetti, o jovem capelão de navio de emigrantes foi o olhar suplicante e exigente de uma jovem mãe moribunda que colocou nas mãos do padre o seu bebê, arrancando-lhe a promessa de dele cuidar.

Seria fácil, ao fim e ao cabo, por a criança numa família benévola e dar por cumprida e encerrada a promessa feita à mãe.

Ao invés, Pe. Marchetti, tomou consciência de um drama que ultrapassava o caso individual daquela família, drama que era um dos lados mais tristes do desgarrar-se da emigração: os que se perdiam pelo caminho, deixando na orfandade, crianças pequenas e, no desespero, jovens viúvas ou jovens viúvos, despreparados em terra estrangeira para superar sua tragédia pessoal e familiar.

Encontrou no Conde José Vicente de Azevedo quem lhe desse imediatamente um terreno para construir o orfanato almejado. Mas é num comitê de senhoras que deposita a esperança de ir conseguindo, no dia a dia, tudo o que era necessário para construir e, em seguida, manter o orfanato.

Se ali no convés do navio, o rumo de sua vida começou a mudar, o fim de sua jornada terrena foi igualmente marcado por outro gesto determinado pela doença e morte de outra mulher emigrante, não mais no mar, mas em terra. Pe. Marchetti estava em missão pela região de Jahú, então infestada pela febre amarela e pelo tifo. Ali, passando ao lado de uma casa, ouve o vagido de uma criança: “*[...] un pianto desolato, senza conforto. Bussa alla porta: nessuna risposta. Chiama aiuto; qualcuno lo informa che il giorno prima ha visto portar fuori la salma dell'uomo: in casa, in doveva essere rimasta la sposa con un bambino. Abbatono la porta e si arrestano sulla soglia di fronte a una scena, che ricorda le narrazioni delle antiche pestilenze: su un pagliericcio giace senza vita una povera italiana, ancora abbracciata al suo bambino vivo e piangente. Ai lati ardono due candele, accese da lei stessa prima di lasciarsi cadere per sempre. Il missionario stacca delle braccia irrigidite nell'ultimo gesto d'amore la piccola creatura, prega per qualche minuto sulla salma della mamma e poi, comme tante altre volte, incurante del contagio, torna di corsa all'Ipiranga, con l'orfanello in braccio*”<sup>105</sup>

Foi, provavelmente este último gesto de extrema caridade que o fez retornar a São Paulo, ardendo em febre e receber o diagnóstico fatal de que havia contraído o tifo que o levaria, poucos dias depois, à morte.

Diante da perspectiva de acolher tanto meninos como meninas no seu orfanato, Marchetti passa a sonhar com voluntárias femininas. Diante das hesitações de Scalabrini em abrir um ramo missionário feminino, ele vai buscar as primeiras voluntárias em sua própria casa, atraindo a mãe viúva e a irmã solteira, com duas outras jovens. Não sabe como chamá-las. Primeiro fala das “colombinianas”, quando o Cônsul italiano em São Paulo sugere que assumam a enfermagem do

<sup>104</sup> Carta de G. Marchetti a J.B. Scalabrini, São Paulo, 25-03-1896, p. 52

<sup>105</sup> FRANCESCONI, oc. cit. p. 46-47

Hospital Italiano (depois Umberto I). Está há apenas um mês no Brasil e já escreve a Scalabrini: “*Eis um novo ninho para as minhas Colombinianas de Jesus!*”<sup>106</sup> E continua sonhando de olhos abertos: “*Tenho algumas prontas para o noviciado. Quando abrir o orfanato, as Colombinianas mais robustas irão servir Jesus doente. Na mesma casa haverá o noviciado e muitas órfãs se tornarão Irmãs!*”<sup>107</sup>.

Enquanto pede, em vão, que lhe seja enviado um Missionário pelo menos, para dividirem juntos tantas frentes de trabalho que foram abertas ao mesmo tempo, vai devagarinho se fixando nas suas “Colombinianas”. Seu olhar volta-se para a Itália, mas bem depressa é aqui mesmo no Brasil que irá entrevedendo suas futuras colaboradoras.

Dois meses e meio depois de sua chegada a São Paulo, já pode anunciar exultante: “*Já tenho duas juvenzinhas de espírito, que parecem daquelas mandadas por Deus ao Ven. Cottolengo: uma senhora me deu uma casa onde estas se preparam sempre mais na virtude, junto às irmãs Salesianas. Deo gratias! E depois, não tenho aí as minhas Colombinianas?*”<sup>108</sup>

Marchetti sabe bem o que quer destas futuras colaboradoras, mas não sabe qual a forma que tomará o seu compromisso: “*Quanto às Colombinianas, por enquanto, serão damas de caridade; quando tiverem dado prova, poderão realmente formar uma Congregação; são muito necessárias e sinto que Jesus as quer para eliminar uma chaga na Imigração, que os Padres não poderiam eliminar.*”<sup>109</sup>

O que ele espera destas colaboradoras, está descrito na mesma carta:

“*A casa para as futuras Colombinianas de Jesus já cresceu mais um pouco. Lá dentro poderão ser recebidas, neste momento, 80 meninas, as quais, sob as asas destas Colombinianas serão 80 anjos, em vez de 80 desgraçadas. Deo gratias! Estou negociando para colocar as nossas Colombinianas também no hospital Umberto I, que abrirão dentro de pouco tempo. Ao seu interior serão levados os emigrantes doentes. Por que as nossas Colombinianas não deverão cuidar deles? Assim a nossa Missão será cumprida. Pega os emigrantes, embarca-os, acompanha-os na travessia do mar, acolhe em seu seio os órfãos, tem um sorriso e um conforto para os doentes, leva-os ao trabalho, volta a visitá-los, enxuga-lhes as lágrimas e os reconduz ao solo nativo. Deo Gratias!*”<sup>110</sup>

Nesse meio tempo, ele mexe os pauzinhos também na Itália, como informa ao bispo Scalabrini, deixado de um certo modo para trás, pela rapidez das iniciativas do jovem sacerdote que ele havia enviado apenas como um sacerdote externo do seu Instituto:

“*Partirá na expedição de julho, minha mãe, com as minhas irmãs e duas noviças que estão em Firenze preparando o ânimo ao espírito de sacrifício e do amor de Deus. Duas estão aqui e, assim, teremos sete ou oito delas. Deo gratias! Pensaremos nas suas vestes. Que alegria será para mim poder conduzir, eu mesmo, 8 Missionários e 8 Missionárias!*”<sup>111</sup>

Mas como tudo isto está ainda no campo dos sonhos e dos desejos, ele conclui: “*Meu Deus, fazei vir depressa esse momento, para contentar o vosso servo!...*”<sup>112</sup>

Em outubro estará na Itália, para trazer o grupinho de voluntárias, disposto a acompanhá-lo na sua aventura brasileira. O grupo estava formado por “*Carolina Marchetti, superiora, Assunta Marchetti, Maria Franceschini e Angela Larini. As duas últimas foram educadas pelo mesmo Marchetti no espírito apostólico quando ele era ecônomo de Compignano e haviam terminado de se preparar nos mosteiros de Florença.*”<sup>113</sup>

<sup>106</sup> Carta do Pe. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo, f31-01-95, p. 15

<sup>107</sup> ibidem, p. 15

<sup>108</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo 10-03-1895, p. 19.

<sup>109</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo 04-04-1895, p. 29.

<sup>110</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo 04-04-1895, p. 28

<sup>111</sup> ibidem, p. 29

<sup>112</sup> ibidem, p. 29

<sup>113</sup> BENEDETTI, Eugenio, Partenza di D. Marchetti. *L'Esare*, Lucca, 30 Ottobre 1895, Anno IX, n. 249, 1, 3c, citado por SIGNOR, o.cit. p. 166

*“Na manhã do dia 25 de outubro de 1895, na Capela do bispado de Piacenza, Itália, Dom João Batista Scalabrini celebrou a missa com o pequeno grupo. Depois benzeu os crucifixos e os entregou às quatro religiosas: ‘Eis o companheiro indivisível nas vossas peregrinações apostólicas, eis o vosso infalível conforto, quer na vida, quer na morte’. Era a celebração do envio missionário”.*<sup>114</sup>

A 20 de novembro de 1895, o pequeno grupo missionário chegou a Santos e já subiu para São Paulo. A 8 de dezembro era inaugurado o Orfanato Cristovão Colombo, cuja direção interna foi confiada a Carolina Marchetti. Prestando contas, ele escreve sobre esse dia:

*“No dia 8 de dezembro de 1895, foi feita a inauguração deste primeiro Orfanato sendo confiado a partir deste dia à Superiora das Servas dos Órfãos e Abandonados no Exterior, Revda. Senhora Carolina Marchetti, mãe do Fundador e fundadora cooperadora”.*<sup>115</sup>

Nos Estatutos do Orfanato, a precaução de Marchetti de assegurar para suas colaboradoras um mínimo de espaço de autonomia dentro de uma mesma congregação dirigida por homens, está inscrita no # 8: *“A secção das meninas estará entregue a Irmãs e Damas de Caridade da mesma congregação, sob a direção de uma superiora. O Director só se incumbirá dos officios religiosos e da administração exterior e temporal”.*<sup>116</sup>

A disposição é reforçada no # 11: *“A collocação das meninas adultas estará exclusivamente (grifo nosso) a cargo de um conselho de Damas de Caridade presidido pela Superiora que harmonizará as exigências da idade com a vontade e a disposição das meninas”.*<sup>117</sup>

O parágrafo, ao mesmo tempo que busca evitar qualquer ingerência externa, no caso, dos padres da congregação, em decisão tão crucial como o futuro das órfãs já moças, introduz a norma de que, a vontade e a disposição das meninas seja tomada em conta e respeitada, neste assunto grave do rumo de suas vidas.

Nesse seu relacionamento com as mulheres, de modo especial com suas colaboradoras, Pe. Marchetti deixa transparecer grande liberdade e confiança, não hesitando em acolhê-las, propondo-lhes a possibilidade de prestar um real serviço, sem discriminar nem a juventude de umas, nem a viuvez de outras, cujo acesso a determinada congregação fora recusado. Para ele, parece haver sempre espaço e lugar, para quantas vocações missionárias e de prestação de serviço, aparecessem:

*“A propósito das Irmãs, a Providência me mandou aqui, da Itália, duas jovens ótimas ao objetivo (uma professora, a outra costureira e bordadeira). Deo gratias!”*<sup>118</sup>

A esta altura, estamos ainda em abril de 1895 e as paredes do Orfanato ainda estão saindo dos alicerces! Em 12 de dezembro, já com o Orfanato recém-inaugurado, volta a escrever a Scalabrini:

*“O Senhor me mandou, ainda, outras duas Servas, mulheres íntegras, que se preparavam para entrar com as Missionárias de São José, mas não puderam ser aceitas, uma porque tem idade avançada e outra, porque é viúva. Ambas foram educadas ao espírito apostólico pelo Padre Parisi, jesuíta, e nosso diretor espiritual.”*<sup>119</sup>

Ao final da carta, dá a medida de quanto a “família” está aumentada:

*“Minha mãe, com as outras cinco Servas, quatro viúvas internas e os primeiros vinte órfãozinhos enviam a V. Ex.<sup>a</sup> uma saudação ardente.”*<sup>120</sup>

Mas é também nestas crianças que vão ser acolhidas que o Pe. Marchetti deposita mil esperanças, vendo nelas agentes de um futuro trabalho educativo, social e religioso junto aos colonos:

<sup>114</sup> MELO, Sonia e Ivo Prati, *In memoriam – Padre José Marchetti – (1896-1996)*, Fotoprint, São Paulo, 1996, p. 18

<sup>115</sup> MARCHETTI, Giuseppe, *Resoconto generale delle spese fatte per l’Orfanatrofio di Ipiranga, 15.2.1895 – 8.2.1895* (AGSS, 1.2/4 – cópia), citado por SIGNOR, o.cit. p. 173

<sup>116</sup> AC – Programma do Orphelinato de Artes e Officios “Christovam Colombo” – Cláusula 8<sup>a</sup>

<sup>117</sup> AC – Programma do Orphelinato de Artes e Officios “Christovam Colombo” – Cláusula 11<sup>a</sup>

<sup>118</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo 17-04-1895, p. 32

<sup>119</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo 12-12-1895, p. 37

<sup>120</sup> *ibidem*, p. 38

*“Entre as meninas surgirão costureiras, mestras que irão depois pelas colônias ensinar, educar, etc. E sairão também religiosas que assistirão os nossos doentes, etc. etc. Entre os meninos surgirão artistas, professores, missionários, leigos, etc... etc. que irão assistir os colonos, instruí-los, etc. etc.”*<sup>121</sup>

Essa confiança nas pessoas, na sua capacidade de crescer, aprender e de dedicar-se aos outros, é que deve ter atraído tanta entrega generosa em torno ao Pe. Marchetti, que plantou as sementes não só do Orfanato, mas também da futura congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos, cuja autonomia em relação à Congregação dos Padres Carlistas e sua separação das Apóstolas do Sagrado Coração, só acontecerá em 1907.<sup>122</sup>

O grupinho das primeiras servas conseguiu do bispo Dom Arcoverde, futuro cardeal do Rio de Janeiro, acolhida simpática e promessa de empenho a seu favor, como se depreende da carta dirigida a Scalabrini:

*“Dal canto mio, farò tutto quello che potrò per la sua Congregazione di S. Carlos e per le ancelle dei derelitti”*.<sup>123</sup>

Mas parece ter sido diferente sua atitude após a morte do Pe. Marchetti. Recebendo o seu sucessor à frente do Orfanato, o Pe. Faustino Consoni, este relata o diálogo com o bispo:

*“O que mais me chamou a atenção foi a frase que ele pronunciou a respeito das Irmãs que estão aqui no Orfanato, dizendo: ‘o que fazem aquelas mulheres, lá no orfanato?’ Foi uma palavra muito humilhante para mim”*.<sup>124</sup>

Pe. Marchetti sabia muito bem o que faziam aquelas mulheres, entre as quais estavam sua mãe e sua irmã, entre os seus órfãos, entregues em cuidar da vida e da formação daquelas crianças.

## CONCLUSÃO

O tema da *“vita brevis”*, da vida curta, mas cheia de frutos, aplica-se perfeitamente à trajetória terrena do Pe. Marchetti, fugaz como um meteoro<sup>125</sup>, mas que deixou um rastro permanente de luz.

Cabe-lhe também, à perfeição, a máxima evangélica de que *“a árvore boa dá bons frutos”*<sup>126</sup> e de que *“pelos seus frutos os conhecereis”*<sup>127</sup>.

Teve também algumas intuições certas quanto aos desafios do seu tempo, muitos dos quais continuam sendo desafios dos nossos dias.

Viveu em meio ao grande fenômeno migratório que, entre 1850 e 1914, fez partir da Europa para a América, mas também para o sul da África e para a Austrália, cerca de 70 milhões de emigrantes. Captou que a grande maioria partia, na realidade, tangida pela necessidade, pela fome e pela miragem de uma vida melhor. Partiam desgarrados, *“como ovelhas sem pastor”*.<sup>128</sup>

Hoje, o tema destes migrantes forçados por guerras civis, catástrofes naturais, limpezas étnicas, mas sobretudo desastres econômicos com desemprego maciço, gerando os assim chamados

---

<sup>121</sup> Carta do Pe. J. Marchetti a Dom J.B. Scalabrini, São Paulo 10-03-1895, p. 18

<sup>122</sup> Para uma visão crítica destes primórdios das Servas e depois Missionárias de São Carlos e de sua luta pela autonomia do seu Instituto e pela própria identidade, cfr. SIGNOR, o. cit. 188-202

<sup>123</sup> Carta de Dom Gioacchino (sic) Arcoverde a Dom Scalabrini, São Paulo, 18-02-1896

<sup>124</sup> AZZI, oc. cit., p. 175

<sup>125</sup> “Come una meteora” é o título do livro de Mario Francesconi sobre o Pe. Marchetti

<sup>126</sup> Mt. 7, 17

<sup>127</sup> Mt. 7, 20

<sup>128</sup> Mc. 6, 34

“refugiados econômicos”, tornou-se uma das principais agendas da política internacional e preocupação maior das agências humanitárias.

Percebeu que esta aventura e muitas vezes drama humano, afetava distintamente homens e mulheres, crianças e adultos, reconhecendo que para importantes áreas do atendimento a estas pessoas e também do apostolado, só a mulher poderia dar uma resposta, convertendo-se em “boa notícia” na vida destas pessoas e anuncio “*da bondade e humanidade de Deus, nosso Salvador*”.<sup>129</sup>

Sem teorizar nenhum destes temas, nem o da mobilidade humana, condição cada vez mais corrente das pessoas, neste limiar do terceiro milênio, nem o da atual revolução feminista, antecipava algumas das questões fundamentais do século seguinte.

Do mesmo modo, sem falar, uma única vez em Leão XIII, em todas suas cartas, e nem sequer aludir à “*Rerum Novarum*” (1891) e ao desdobramento social do evangelho, fez de sua vida um luminoso exemplo de como a questão social podia ser enfrentada e, em parte, solucionada, a partir da fé e do compromisso cristão.

Não polemiza, em momento algum, como o faz de resto a *Rerum Novarum*, com anarquistas e socialistas, mas debruça-se sobre todo e qualquer sofrimento humano, sem perguntar-se pela cor política ou ideológica do sofredor.

Atitude singular em tempos de confronto, de intransigência política e de duros embates que contrapuseram a Igreja às duas grandes vertentes ideológicas da modernidade: o liberalismo da revolução francesa e do “rissorgimento” italiano e o anarquismo, o socialismo e o comunismo das jornadas revolucionárias de 1848, da Comuna de Paris em 1871 e da revolução russa em 1917.

Marchetti vinha de uma Igreja intransigente, que não havia assimilado a perda dos estados pontifícios e a ascensão dos liberais de Cavour e Mazzini, que se arrepiava com os revolucionários garibaldinos que, em pleno Concílio Vaticano I, através da brecha da Porta Pia, haviam liquidado a secular domínio temporal dos papas sobre Roma.

Mas vinha também dos ambientes minoritários dos bispos Scalabrini e Bonomelli que propunham o diálogo com o Estado italiano e a superação da assim chamada “Questão Romana”, para que, tanto a Igreja como as organizações da sociedade civil, os partidos e o estado abandonassem um confronto estéril e se concentrassem nos reais e angustiantes problemas do povo: as péssimas condições de trabalho e de vida do operariado e do campesinato, a questão emigratória, as profundas desigualdades entre o norte e o sul da Itália, o analfabetismo popular, o êxodo para as cidades.

Marchetti guardava, é certo, resquícios dos antagonismos de seu tempo, no que tange a Maçonaria, expressando várias vezes sua preocupação, mas revelando sua surpresa e contentamento de que até os maçons andavam contribuindo para a construção do Orfanato Cristovão Colombo.

Toda sua ação vinha impregnada de um profundo realismo prático, pautado mais pelas necessidades concretas dos que sofriam do que por divisões e esquemas ideológicos. O que contava, para ele, era a norma evangélica:

*“Pois eu estava com fome, e vocês me deram de comer;  
eu estava com sede, e me deram de beber;  
eu era estrangeiro, e me receberam em sua casa;  
eu estava sem roupa, e me visitaram;  
eu estava doente, e cuidaram de mim;  
eu estava na prisão, e vocês foram me visitar”*<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> Tt. 3, 4

<sup>130</sup> Mt. 25, 35-36

Viveu também, até ao extremo de dar a própria vida, as exigências da caridade, fazendo da parábola do Bom Samaritano, não uma lição de moral para os outros, mas um roteiro de vida para si: “Vá e faça a mesma coisa.”<sup>131</sup>

Antecipou-se, num outro ponto, a um dos dilemas maiores da Igreja na época liberal. Para o liberalismo, a religião devia ser expulsa de todos os domínios da vida pública: da política à economia, do social ao cultural, tornando-se apenas uma questão privada a ser decidida no foro íntimo de cada indivíduo e restrita, quando muito, à esfera familiar, ou seja, à esfera das crianças e de mulheres, restritas que estavam ao mundo doméstico e sem trabalho fora de casa.

Mesmo combatendo o liberalismo, setores majoritários da Igreja recolheram-se aos templos e à esfera doméstica, levando ali um combate de retaguarda contra o laicismo. Ali, a alma de todo apostolado tornava-se apenas a oração e o Sagrado Coração de Jesus, a forma central de apresentação do Cristo a ser encontrado no recôndito do sacrário e a ser entronizado nos lares. O Coração de Jesus tendia a tornar-se uma devoção, vivida principalmente na prática das nove primeiras sextas-feiras do mês. A figura de Cristo era repassada, não mais a partir dos evangelhos, mas sim dos escritos e aparições a Margarida Maria Alacoque.

Anos depois, quando se tomou consciência do perigo para a fé e para a vida de uma Igreja fechada dentro dos próprios muros, refugiada nos templos e em devoções, com dificuldades para enfrentar as perguntas do mundo do trabalho, da razão, da ciência, da política, da economia e da cultura moderna, Pio XI, deu pleno apoio à Ação Católica e Pio XII vai falar da tarefa dos leigos de se aplicarem à “*consecratio mundi*”, à consagração do mundo. A figura de Cristo que se propunha transita do Coração de Jesus para a do Cristo Rei que devia reinar não só nos corações das pessoas, assegurando a salvação individual de cada um, não só no recôndito dos lares, alentando a santificação das famílias, mas também na sociedade, nas fábricas, nas universidades, na imprensa, na atividade política, social e cultural. Havia é certo, em muitos, a ilusão de se construir uma nova cristandade, sem o respeito à autonomia de todas estas esferas, reconhecida mais tarde no Vaticano II, mas a Ação Católica representou, sem dúvida, o fim de um projeto de igreja fechada sobre si mesma.

Pe. Marchetti antecipou-se a muitos destes dilemas, assumindo, sem muitas perguntas, esta projeção do evangelho nos demais campos da vida e, de modo particular, na esfera do social, fugindo ao que Paulo VI dizia ter sido o maior pecado da Igreja nos tempos modernos: a separação entre a fé e a vida. Vida está compreendida aqui, em seus desdobramentos por todas as esferas do humano.

Nele, estava presente a oração e a piedade e o que seria o apanágio da Ação Católica, a ação evangelizadora lá onde se encontravam as pessoas, nos seus trabalhos e lides quotidianas. Pe. Marchetti percorreu, assim, as fazendas do interior paulista buscando os imigrantes, assim como os bairros de São Paulo, em busca dos órfãos e dos jovens abandonados nas ruas.

Um seu contemporâneo, o Pe. Júlio Maria (1850-1916)<sup>132</sup>, em conferências que ficaram célebres em São Paulo, pregava o reconhecimento da República por parte da Igreja, conclamando-a para que fizesse uso da liberdade reconquistada e se aplicasse à tarefa evangelizadora. Italiano e sem vínculos com a anterior situação monarquista, Pe. Marchetti não sentia nenhum constrangimento em procurar as autoridades civis do novo regime republicano e de solicitar sua colaboração, quando se tratava de socorrer aos órfãos. O município estendeu a linha dos bondes na direção do Orfanato. O Governo concedeu-lhe verbas para o seu funcionamento, em tempos de estrita proibição constitucional, vedando qualquer relacionamento entre poderes públicos e Igreja e sobretudo a concessão de subvenções. Antecipava-se, de certo modo, à situação alcançada, quarenta anos mais tarde, na Constituinte de 1934. Ali, reconhece-se que a separação entre Igreja e Estado não devia impedir a sua colaboração em áreas de interesse do bem comum e de serviços à população.

Júlio Maria pregava ainda como a questão maior, “a aliança entre a Igreja e o Povo” Quando verberava que a Igreja estava longe do povo, queria dizer que encerrada nas sacristias, estava ausente dos lugares onde a sociedade se construía e distante das diversas classes sociais, com os seus

---

<sup>131</sup> Lc. 10, 37b

<sup>132</sup> BEOZZO, José Oscar, “Pe. Júlio Maria – Uma teologia liberal-republicana numa Igreja monarquista e conservadora”, in CEHILA, *História da Teologia na América Latina*, Paulinas, 1981, pp. 107-126



problemas e conflitos. Interpelava seus ouvintes, dizendo que Jesus era o Deus dos meninos, o Deus dos operários, o Deus dos pobres e dos miseráveis, mas também o Deus dos ricos, dos sábios e dos letrados e que a cada um deles devia ser levada a palavra exigente do evangelho.

Pe. Marchetti viveu intensamente em meio ao povo dos imigrantes e, a partir daí, de suas necessidades e sofrimentos, dirigiu-se aos outros grupos sociais, incluindo ricos como o Conde José Vicente de Azevedo que lhe doou o terreno para o Orfanato do Ipiranga, os Irmãos Falchi que doaram o terreno para o orfanato de Vila Prudente, Dona Veridiana Prado e senhoras da alta sociedade, cônsules e políticos, mas também aos próprios imigrantes.

Nos seus “apelos”, folhinhas volantes que distribuía em suas andanças, pedia que se somassem ao esforço de construir e manter estes espaços de atendimento e formação dos órfãos dos próprios imigrantes, oferecendo o equivalente a três dias de seu salário anual.

Morreu vítima deste seu encontro com o povo, na sua realidade cotidiana, vulnerável e indefeso na sua condição de estrangeiros, de trabalhadores pobres, expostos às epidemias que o descaso e o descuido das autoridades tornavam ainda mais devastadoras e mortíferas.

Eduardo Prado, o escritor e crítico mordaz dos rumos da nascente República, no seu livro a “Ilusão Americana”, escreveu um artigo à morte do Pe. Marchetti, revelando um lado pouco conhecido de sua figura humana:

*“Quem escreve estas linhas viu pela primeira vez esse padre no vaporzinho que conduz os passageiros de Santos a Guarujá, e aquela figura doce e simpática gravou-se-lhe na memória. No dia seguinte, ouviu tocar, no salão do hotel, uma melodia de Schumann, executada com raro sentimento. Levado pela curiosidade, penetrou no salão, e o artista levantou-se do piano, corando como surpreendido e vexado.*

*Era o jovem Pe. Marchetti”.*<sup>133</sup>

Santo Tomás coloca na Suma Teológica, como atributos fundamentais de Deus, o “*unum*”, que revela a simplicidade de Deus e a infinitude de sua perfeição; o “*verum*”, que ilumina e deleita a mente, o “*bonum*” que atrai a vontade e de onde derivam a bondade e a compaixão. Mas como que coroando os atributos divinos, alinha o “*pulchrum*”<sup>134</sup>, o belo. A beleza é como o esplendor que envolve os outros três atributos e, na ordem terrena, é como o sorriso de Deus em suas criaturas.

Pe. Marchetti que fez de sua vida um caminho de veracidade, de bondade e compaixão, não descurou da beleza da música e nem deixou de levá-la aos seus órfãos, fazendo vir da Itália os instrumentos musicais para a Banda do Cristóvão Colombo.

Marchetti cuidava do alimento para o corpo, despertava as crianças para o encontro com Deus, nutrindo-as espiritualmente, preparava-as para a vida e o trabalho, pela educação e pelo treinamento profissional, mas partilhava com elas sua paixão pela música, introduzindo-as também nos espaços da imaginação, na construção e no desfrute do belo e do prazer estético, como dimensões de vida plena.

Pe. José Oscar Beozzo

São Paulo:12/05/1999

Véspera da abolição da escravidão (13-08-1988), uma das causas da grande imigração

Revisto: São Paulo, 12 de agosto de 2021

<sup>133</sup> PRADO, Eduardo, “O Pe. Marchetti – 15-12-1896”, in *Coletâneas de Eduardo Prado*, vol. II, Livraria A. Campos, São Paulo, s.d.

<sup>134</sup> Santo Tomás define o belo como “o que agrada à vista” (“*Pulchra sunt, quae visa placent*” S. Th. I, q. 5 a. 4 ad 1). Santo Agostinho caracteriza a beleza como o “esplendor da ordem” (“*splendor ordinis*” De vera Rel. cap. IV n. 77) e Santo Alberto Magno, mestre de São Tomás, como o “esplendor da forma” (“*splendor formae*” In Dion. De divinis nom.) cfr. “*Schönheit*” in LThK B. 9, 455-456.